



Universidade Fernando Pessoa  
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais  
Renata Ramos Ribeiro

Os Desafios da Sustentabilidade das Ações de Projetos de Cooperação Técnica  
Internacional no Haiti

Universidade Fernando Pessoa  
Porto, 2020



Universidade Fernando Pessoa  
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais  
Renata Ramos Ribeiro

Os Desafios da Sustentabilidade das Ações de Projetos de Cooperação Técnica  
Internacional no Haiti

Universidade Fernando Pessoa  
Porto, 2020

Renata Ramos Ribeiro

Os Desafios da Sustentabilidade das Ações de Projetos de Cooperação Técnica  
Internacional no Haiti

Assinatura: \_\_\_\_\_

Trabalho apresentado à Universidade  
Fernando Pessoa como parte dos requisitos  
para obtenção do grau de Mestre em  
Acção Humanitária, Cooperação e  
Desenvolvimento, sob a orientação do  
Professor Álvaro Campelo.

Universidade Fernando Pessoa  
Porto, 2020

## RESUMO

Este estudo parte da análise de um Projeto de Cooperação Técnica Internacional, na área de saúde existente no Haiti e, nesse contexto, busca explorar a realidade da cooperação internacional, os desafios enfrentados e possíveis caminhos para a melhoria de suas ações, tendo o Haiti como estudo de caso.

O Haiti, localizado na América Central, já foi a colônia mais promissora das Américas e o primeiro país do mundo a se libertar, por meio de uma revolução de escravos. Mas, desde então, sua história mudou. Muitas crises econômicas somadas a desastres naturais fizeram com que o país se tornasse, hoje, o mais pobre das Américas. Diante desse cenário de miséria, muitas ONGs e Organismos Internacionais se instalaram no país, no intuito de ajudar na recuperação da economia e na melhoria da condição de vida de seus habitantes. Os projetos de Cooperação Técnica foram responsáveis por diversas ações nas comunidades mais carentes, bem como na capital do país, Porto Príncipe. Houve, conseqüentemente, muitas melhorias, mas não existiu grande preocupação com a sustentabilidade das ações ou dos efeitos dos projetos, depois da saída da cooperação. As técnicas utilizadas nem sempre foram as mais adequadas, não havendo coordenação de seus projetos e estratégias, sendo executados de forma desordenada. Com o governo constantemente em crise e sem recursos e o país sofrendo regulares desastres naturais, quando um projeto acaba, normalmente acabam com ele os efeitos positivos conseguidos.

Também foi possível constatar alguns dos grandes problemas da cooperação internacional no Haiti, tais como a falta de organização entre os diversos atores que lá atuam, a falta de um planejamento em longo prazo e de um desenho de projeto mais consistente, a ausência da participação do governo haitiano e de sua população, em grande parte, nos projetos e a dificuldade da cooperação de sair do país deixando um legado duradouro.

Assim, este estudo, de caráter descritivo e qualitativo, tem como objetivo analisar o que foi feito até agora, o que poderia ser feito para tentar manter as capacidades instaladas no país e analisar se existe uma maneira de fazer com que os resultados da cooperação tenham continuidade e capacitem as comunidades e os principais responsáveis na proteção civil, de forma a conferir-lhes maior resiliência a esses tipos de eventos e um maior desenvolvimento futuro. Discorre, também, sobre algumas ações que podem ser tomadas para que essa realidade seja mudada aos poucos.

Palavras-chave: Cooperação Técnica Internacional. Estratégia. Sustentabilidade.

## **ABSTRACT**

This study is based on the analysis of an International Technical Cooperation Project in Haiti. In this context, it seeks to explore the reality of the international cooperation, specifically taken Haiti as a case study.

Haiti, located in Central America, was once the most promising colony in the Americas, it was the first country in the world to break free through a slave revolution, but since then its history has changed, many economic crises together with natural disasters have made it the poorest country in the Americas nowadays.

Faced with this scenario of misery, many NGOs and International Organizations settled in the country to help the economy recover and improve the living conditions of its inhabitants. The Technical Cooperation projects were responsible for several actions in the poorest communities, as well as in the country's capital. Consequently, there were many improvements, but there was not much concern with the sustainability of the actions or the effects of the project after the cooperation ended. However, the techniques used were not always the most appropriate and the strategies not always the most effective, lacked coordination of their strategies, their projects and it was also done in a disorderly manner. With the government constantly in crisis and the country suffering regular natural disasters, when a project ends, it usually ends the effects achieved in the meantime. The government is unable to afford the costs to provide the necessary continuity to these actions and most of the work done is lost in a short time.

During this study, it was possible to note some of the major problems of international cooperation in Haiti, such as the lack of organization among the various actors operating in the country, the lack of long-term planning, of a more consistent project design, the absence of the participation of the Haitian government and its population in most of the projects and the difficulty, therefore, of leaving the country leaving a lasting legacy.

Thus, this qualitative descriptive study aims to analyze what has been done so far, what could be done to try to maintain the installed capacities in the country and if there is a way to make the results of international cooperation permanent. It is about this challenge, about the causes and effects and about some actions that can be taken to change this reality gradually that the present study will discuss.

**Keywords:** International Technical Cooperation. Strategy. Sustainability.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, à minha família e amigos! Aos meus pais deixo um agradecimento especial, pois sempre me deram, e dão, lições de amor, de companheirismo, de luta, de resiliência e de muita força. Sempre me apoiaram em todas as etapas da minha vida, mesmo quando essas me levavam para longe e para caminhos desconhecidos. Sem vocês, eu não chegaria até aqui. Muito obrigada por tudo!

Agradeço também aos meus colegas de trabalho a compreensão, a força e os incentivos que me deram em cada etapa! Ao PNUD, por ter me dado a oportunidade de conhecer o trabalho tão lindo que desenvolve para ajudar a reduzir as desigualdades do mundo – o que acabou gerando em mim um amor imenso por essa profissão e uma vontade ainda maior de aprender cada vez mais sobre esse mundo humanitário e poder contribuir de alguma forma para essa missão. Deixo aqui, também, um agradecimento especial à Maria Teresa Amaral Fontes pelas oportunidades de aprendizado que sempre me proporciona e pela companhia em nossas aventuras pelo Haiti; e à minha querida amiga Erica Máximo Machado pela leitura cuidadosa e carinhosa deste estudo, pelos conselhos e por todo o incentivo que me deu durante esse período.

Não posso deixar de agradecer ao meu querido orientador professor Álvaro Campelo, por toda a paciência, empenho e sentido prático com que me orientou neste trabalho. Seu amor pela causa humanitária me emociona e me faz acreditar em um mundo melhor.

E, por fim, agradeço aos meus queridos amigos Gehysa Garcia e João Clementino, que me acompanharam nessa jornada, que me ajudaram nos momentos de estudos e de incertezas, que fizeram nossas viagens para Portugal serem inesquecíveis. Nossos jantares, cantorias, passeios e aventuras gastronômicas estarão sempre guardados no meu coração.

*“E aprendi que se depende sempre de tanta, muita, diferente gente.*

*Toda pessoa sempre é as marcas das lições diárias de outras tantas pessoas.*

*É tão bonito quando a gente entende que a gente é tanta gente  
onde quer que a gente vá.*

*É tão bonito quando a gente sente que nunca está sozinho  
por mais que pense estar...”*

(Caminhos do coração – Gonzaguinha).

## SUMÁRIO

RESUMO .....	v
ABSTRACT .....	vi
AGRADECIMENTOS .....	vii
SUMÁRIO.....	viii
LISTA DE FIGURAS .....	ix
LISTA DE TABELAS .....	x
LISTA DE ABREVIATURAS.....	xi
INTRODUÇÃO.....	1
1.1 O Haiti .....	1
1.2 Objetivo do trabalho .....	9
1.2.1 Metodologia.....	10
1.3 Gestão de Desastres .....	11
1.3.1 A Evolução da Comunidade Internacional para Reduzir o Risco de Desastres ....	13
1.4 Haiti: Desastres e Vulnerabilidade .....	17
1.4.1 A Resiliência do Povo Haitiano.....	18
1.4.2 Religião.....	22
CAPÍTULO II – ORIGENS DA COOPERAÇÃO TÉCNICA	
INTERNACIONAL .....	24
2.1 Cooperação Técnica Internacional (CTI) e suas modalidades .....	28
2.1.1 Cooperação Sul-Sul .....	29
2.1.2 O Declínio e a Retomada da Cooperação Sul-Sul (CSS) .....	33
2.2 O Conceito de Sustentabilidade.....	34
2.3 Haiti: Cooperação e Dependência Geopolítica do Exterior .....	38
2.3.1 O Terremoto e a Dependência do Exterior .....	42
2.4 A História da Cooperação Técnica Internacional entre Brasil e Haiti .....	45
CAPÍTULO III – O SISTEMA DE SAÚDE NO HAITI .....	48
3.1 Impacto do Terremoto de 12 de janeiro de 2010 na Saúde .....	49
3.2 Projetos Brasileiros na Área de Saúde no Haiti.....	52
3.3 Sobre Lições Aprendidas e Motivos de Fracassos da Cooperação .....	57
CAPÍTULO IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	64
REFERÊNCIAS .....	69
ANEXO A – Cronologia da história haitiana.....	82



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa das Nações que receberam recursos do Plano Marshall .....	25
Figura 2 – Regionalização socioeconômica do espaço mundial .....	30
Figura 3 – As três dimensões do Desenvolvimento Sustentável (DS) .....	36
Figura 4 – Localização dos três Hospitais Comunitários de Referência, laboratórios, Centro de Ambulância Nacional e depósitos de vacinas .....	54
Figura 5 – Foto aérea da região de Bom Repos, em 2015 .....	55
Figura 6 – Foto aérea da região de Bon Repos, Porto Príncipe, em 2019 .....	56
Figura 7 – Foto da sala de espera do Hospital Zilda Arns, em Bon Repos, Porto Príncipe .....	56

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Exportações no Haiti.....	7
Tabela 2 – Importações no Haiti.....	8
Tabela 3 – Composição das Exportações do Haiti .....	8
Tabela 4 – Composição das Importações do Haiti .....	9
Tabela 5 – Oito etapas do Gerenciamento de Desastres.....	14
Tabela 6 – Religião no Haiti.....	22
Tabela 7 – Os dez princípios de Bandung .....	32
Tabela 8 – Índice dos Estados Frágeis .....	38

## LISTA DE ABREVIATURAS

ABC	Agência Brasileira de Cooperação
CAN	Centro de Ambulâncias Nacional
CARICOM	Comunidade do Caribe ou Comunidade das Caraíbas
CI	Comunidade Internacional
CIAT	Centro Internacional de Agricultura Tropical
CIRH	Comissão Interina para a Reconstrução do Haiti
CRED	Centro de Pesquisa em Epidemiologia de Desastres
CTI	Cooperação Técnica Internacional
CTPD	Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento
CSS	Cooperação Sul-Sul
DIRDN	Década Internacional para Redução de Desastres Naturais
EIRD	Estratégia Internacional de Redução de Desastres
FFP	Fundo pela Paz e Política Internacional
FMI	Fundo Monetário Internacional
FRH	Fundo de Reconstrução do Haiti
HCR	Hospitais Comunitários de Referência
IBAS	Índia, Brasil e África do Sul
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IHR	Instituto Haitiano de Reabilitação
IHSI	Instituto Haitiano de Estatísticas e Informática
MINUSTAH	Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti
MNOAL	Movimento dos Países não Alinhados
MSF	Médicos sem Fronteiras
MSPP	Ministério da Saúde Pública e da População do Haiti
OEA	Organização dos Estados Americanos
OECD	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PNRRD	Plataforma Nacional para a Redução de Risco de Desastres
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SDC	Agência Suíça para o Desenvolvimento e Cooperação
UNISDR	Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres
UNOPS	Escritório das Nações Unidas para Projetos e Serviços
TPS	Status de Proteção Temporária
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

## **INTRODUÇÃO**

### **1.1 O Haiti**

Com extensão territorial de 27.750 quilômetros quadrados, o Haiti está situado na América Central, no Hemisfério Setentrional (ao norte da linha do Equador) e no Hemisfério Ocidental (a oeste do Meridiano de Greenwich). A população é de, aproximadamente, 11,1 milhões de habitantes, sendo essencialmente jovem, com idade média de 22 anos (OMS, 2017). A maioria dos habitantes vive em áreas rurais.

O Haiti é uma república presidencialista, com Primeiro-Ministro. O Presidente do Haiti é eleito diretamente pelo voto popular para um mandato de cinco anos, com possibilidade de reeleição, não para mandatos consecutivos. O Primeiro-Ministro é indicado pelo Presidente e aprovado pela Assembleia Nacional.

A Assembleia Nacional é formada pela Câmara dos Deputados, com 99 membros, eleitos para mandatos de quatro anos. O Senado é composto por 30 senadores, eleitos para um mandato de seis anos, devendo ocorrer eleições, idealmente, a cada dois anos, para renovar um terço de seus membros.

O crescimento econômico haitiano é limitado pela pobreza da sua população (83% dos haitianos vivem abaixo da linha de pobreza), pela fragilidade institucional (de acordo com a Transparência Internacional, o Haiti está entre os países mais corruptos do mundo), pela vulnerabilidade aos recorrentes desastres naturais, pela baixa qualificação da mão de obra local e pelo difícil acesso à energia elétrica. O PIB (de US\$ 8,36 bilhões, em 2017) divide-se em: 25%, setor agrícola; 20%, indústria; e 55%, serviços. Cerca de 40% dos haitianos dependem da agricultura. As principais indústrias são: açucareira (refino), moageira (farinha), montagem leve e têxtil<sup>1</sup>. O setor agrícola produz, principalmente, arroz, cacau, café, cana-de-açúcar e manga. A expectativa de vida é de apenas 63,7 anos. Os serviços de saneamento ambiental não chegam nem à metade das casas; mais de 50% da população é analfabeta; a taxa de desemprego está acima de 40%; e 870 mil pessoas, aproximadamente, não têm residência devido a desastres naturais. Esses são alguns dos

---

<sup>1</sup> Parte integrante do Avulso da MSF n.º 81 de 2019, p. 25 (Brasil, 2019).

fatores que explicam por que o Haiti, segundo a ONU, detém o pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do continente americano, ocupando a posição 169 dos 189 países avaliados em 2019.

Mas não foi sempre assim, o Haiti já foi a colônia mais produtiva das Américas. Conhecida como a Pérola das Antilhas, produzia café, anil, cacau, algodão e açúcar em condições mais competitivas do que as outras colônias da época. Essa produção contava com a mão de obra de 500 mil escravos, dos quais a maioria era africana. Foi o primeiro país a se tornar independente, em 1804, quando o Haiti protagonizou a primeira revolução de escravos da história, derrotando o exército de Napoleão. Assim se transformou na segunda república do continente americano, depois dos EUA, a pôr fim ao regime de escravidão. Como explicar, então, ter-se tornado o país mais pobre do continente, talvez um dos mais pobres do mundo?

A luta pela independência libertou os escravos, mas teve um preço alto para o Haiti, pois na batalha pela liberdade a maioria das plantações foi arruinada e as infraestruturas do país, destruídas. Milhares de pessoas morreram nessa luta e muitos ficaram feridos, o trabalho de reconstrução do país ficou a cargo dos poucos que ainda tinham condições de trabalhar. A reorganização da sociedade e das instituições políticas e administrativas desde cedo foi marcada por essa história de uma pequena colônia ter que impor ao mundo a sua independência.

As potências imperiais da época não reconheceram o Haiti diplomaticamente. O que ocorreu em Saint-Domingue deixou os países colonizadores extremamente receosos. Por isso, e também para tentar evitar que a revolução se espalhasse por outras regiões, nações como Portugal e Espanha isolaram o Haiti.

Foi nesse contexto que, em 1825, o então presidente do Haiti Jean-Pierre Boyer assinou um acordo com o rei Carlos X, da França. O acordo garantia reconhecimento diplomático por parte da França ao Haiti, em troca de uma redução de 50% das tarifas alfandegárias às importações francesas e uma indenização de 150 milhões de francos (cerca de US\$ 21 bilhões hoje).

Esse valor foi estabelecido como uma forma de ressarcir os produtores franceses pelas propriedades, terra e escravos que haviam perdido com a independência do Haiti. Se o Haiti não concordasse com os termos do acordo, o país permaneceria isolado diplomaticamente e seria bloqueado por uma frota francesa de embarcações de guerra estabelecida na costa haitiana.

Para conseguir pagar essa dívida, o Haiti teve que solicitar empréstimos para os bancos franceses, que foram concedidos a juros altíssimos, sendo a base da chamada “dívida da independência”. Somente em 1947, 122 anos depois de sua independência, o Haiti terminou de pagar os produtores franceses. Essa dívida de compensação foi o processo mais longo e brutal, além de injusto, de todos os processos de descolonização. O país nunca conseguiu se recuperar desse golpe.

Somado a isso, para proteger os interesses norte-americanos e estrangeiros e para tentar alterar a constituição haitiana que proibia a estrangeiros a aquisição de terras, mas usando como pretexto o fortalecimento da política interna e a pacificação do país, os Estados Unidos, em 1915, invadiram a ilha com 20 mil fuzileiros navais, que permaneceram no país até 1934. Essa ocupação acabou criando um país dependente dos Estados Unidos, um exército que seguia as ordens vindas do Departamento de Estado, em Washington. Além da invasão, os Estados Unidos, mesmo com todas as denúncias de corrupção e relatos de brutalidade, com o intuito de afastar a ameaça do comunismo, apoiaram a ditadura de François Duvalier, que durou 29 anos (14 anos sob o governo do próprio Papa Doc, como era conhecido, e 15 anos sob o governo de seu filho, Jean-Claude Duvalier – Baby Doc), um dos regimes mais corruptos e repressivos da história moderna, que deixou o país destruído. Durante esse período, infraestrutura, educação e saúde não eram prioridades.

Papa Doc perseguia, principalmente, os cidadãos mais cultos, fazendo com que esses fugissem para outros países; Duvalier foi responsável por fechar o Escritório Nacional de Literatura e de Ação Comunitária, que era responsável pela alfabetização de pessoas, em todo o país. As consequências desses atos são sentidas até os dias de hoje.

Depois do fim da ditadura, em 1986, o país estava em completo estado de miséria; nesse período houve uma forte deterioração econômica e social em razão da falta de

investimento em educação, saúde e obras sociais e também por causa do isolamento do país do resto do mundo e da corrupção, que desviou milhões de dólares para fora do Haiti. Desde então, os haitianos sofrem com a instabilidade política, uma constante luta pelo poder entre os diversos atores políticos, situação em que não são respeitadas as regras da democracia. Tudo isso dificulta a entrada de investimentos estrangeiros e faz com que o país não consiga sair da condição de miséria.

A degradação do meio ambiente é outro fator importante para entender a crise que assola o país há tantos anos. O desmatamento de suas florestas simboliza bem o ciclo da pobreza do Haiti. No início dos anos 1920, a floresta tropical ainda ocupava 60% da superfície nacional; nos anos 50, já menos de 20%. A situação é ainda mais catastrófica quando se sabe que o Haiti é um país constituído por 75% de montanhas, e que a cobertura florestal é, atualmente, de 2%. A floresta foi destruída pelos milhões de camponeses que buscavam um pedaço de terra para sobreviver, e a madeira, que garante, para mais de 65% dos haitianos, a única fonte de energia<sup>2</sup>.

Segundo estimativas da ONU, cerca de 30 milhões de árvores foram cortadas a cada ano, nas últimas décadas. Essa degradação causou uma forte erosão dos solos, reduzindo sua fertilidade e causando fenômenos de seca e de desertificação. Qualquer chuva deixa a maioria das cidades sujeitas às inundações. De acordo com o Banco Mundial<sup>3</sup>, o Haiti continua altamente vulnerável a riscos naturais, principalmente furacões, inundações e terremotos. Mais de 96% da população está exposta a esses riscos naturais.

Existem, hoje, no país, diversos projetos de reflorestamento, como o *Green Frontier*, financiado pelo governo norueguês, que tem por objetivo expandir os dois lados da fronteira entre o Haiti e a República Dominicana. Sua meta é criar um ambiente propício ao reflorestamento dos ecossistemas dos dois países, para reduzir a vulnerabilidade das suas populações às mudanças climáticas e melhorar as condições de vida. Já o Projeto da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), implementado pela *Chemonics*, em parceria com a Associação Nacional de

---

<sup>2</sup> Disponível em <[https://www.lemonde.fr/ameriques/article/2010/01/27/le-pays-de-la-foret-disparue\\_1297189\\_3222.html](https://www.lemonde.fr/ameriques/article/2010/01/27/le-pays-de-la-foret-disparue_1297189_3222.html)>.

<sup>3</sup> Disponível em <<https://www.worldbank.org/en/country/haiti/overview>>.



Negócios Cooperativos CLUSA (NCBA, sigla em inglês para *National Cooperative Business Association CLUSA International*) e o Centro Internacional de Agricultura Tropical (CIAT), visa abordar a degradação ambiental crítica e a perda de cobertura de árvores nas regiões norte e nordeste do Haiti. A NCBA CLUSA liderará um processo participativo para capacitar as comunidades a desenvolver planos de gerenciamento de sub-bacias hidrográficas, com o objetivo de reduzir ameaças, aumentar a cobertura de árvores e navegar pelos riscos e desafios econômicos<sup>4</sup>. Nesse aspecto, essa dura realidade começa a ser mudada e, em alguns anos, o Haiti poderá voltar a ter um solo fértil.

Soma-se a esses fatores expostos a forte depreciação da moeda haitiana, o *gourde*, em relação ao dólar, causada, segundo o Banco Central do Haiti, pela ampliação do déficit comercial e pela piora nas expectativas econômicas futuras. Devido à dependência do Haiti de importações para o abastecimento de praticamente todos os setores, a alta do dólar provoca um forte impacto: a taxa de inflação, em 2016, foi de 12,5%; em 2017, o índice de inflação foi de 14,7%<sup>5</sup>; e em 2019, um ano de muitos protestos, a inflação ficou perto de 20%. E, por causa dessa inflação superior a 15%, durante dois anos, da queda do poder de compra, e da consequente desvalorização da moeda nacional em relação ao dólar, os preços dos produtos de primeira necessidade, em sua maioria importados, tiveram um relevante aumento.

Em 2019, o Tribunal Superior de Contas divulgou um relatório de auditoria sobre a caótica gestão e os prováveis desvios de recursos recebidos como empréstimos, desde 2008, pela Venezuela ao Haiti, com o objetivo de financiar o desenvolvimento econômico e social, melhorando assim os serviços públicos no país, por meio do Petrocaribe, uma aliança petrolífera entre a Venezuela e países caribenhos. Por meio dessa aliança, os governos desses países caribenhos pagam apenas uma parte do petróleo para a Venezuela. O restante deve ser pago no período de 25 anos a uma taxa de juros de 1% ao ano.

Quinze ex-ministros e altos funcionários foram mencionados no documento, bem como uma empresa que, na época, era comandada pelo atual presidente, identificada como beneficiária de recursos para um projeto de construção de uma estrada, porém sem nenhum contrato assinado. Desde então, o país está em constante estado de emergência.

---

<sup>4</sup> Disponível em <<https://ncbaclusa.coop/project/haiti-usaid-reforestation-project/>>.

<sup>5</sup> Parte integrante do Avulso da MSF n.º 81 de 2019, p. 25 (Brasil, 2019).

A população se rebelou contra o governo e parou o país com greves e manifestações cada vez mais violentas, a chamada “*Pays lock*”, ou “país bloqueado”. Os manifestantes exigiam a saída do presidente Jovenel Moïse, acusado de ser responsável pela intensa crise política e econômica que assola o país. Os protestos ficaram violentos e, pelo menos, 40 pessoas morreram e quase 200 ficaram feridas. Empresas, lojas e escolas permaneceram fechadas e, com isso, as crianças ficaram sem aulas por semanas. Também faltavam produtos básicos no país. Conduzidos pelo político da oposição Jean-Charles Moïse, os manifestantes anunciaram que o objetivo era criar um governo de transição para proporcionar programas sociais e para processar funcionários indiciados por corrupção.

Em outubro de 2019, a ONU finalizou sua missão de paz e justiça no Haiti, depois de 15 anos, em meio de violentos protestos contra o governo.

Para concluir esse resumo da história do Haiti, é importante ressaltar que, de acordo com o Relatório Social Mundial 2020 (United Nations, 2020, p. 4), produzido pelo Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU, sociedades muito desiguais são menos efetivas na redução da pobreza, crescem mais vagarosamente, dificultam que as pessoas quebrem o ciclo da pobreza e fecham as portas para o avanço econômico e social. Além disso, o aumento da desigualdade reprime o crescimento econômico e pode aumentar a instabilidade política.

Na análise dos fatos relatados na cronologia apresentada, fica muito claro que:

- i. o processo de descolonização fragilizou as instituições e a capacidade do país em ocupar um lugar justo nas relações internacionais, por imposições neocolonizadoras;
- ii. a dívida contraída com a França, no séc. XIX, para conseguir a independência marcou o processo de autonomia econômica da nova nação por mais de um século, com repercussões atuais, pela cultura de instabilidade que criou;
- iii. o exercício e a sucessão do poder raramente foram pacíficos, com graves consequências na normalidade social e econômica da sociedade haitiana;

- iv. além da violência, a corrupção tornou-se endêmica;
- v. o Haiti é um país frequentemente atingido por grandes desastres naturais, com graves consequências humanas, ambientais, econômicas e sanitárias;
- vi. a ajuda internacional em situações de crise (ambientais e políticas) colide com esse histórico de uma cultura política marcada pela violência e corrupção;
- vii. levando em consideração o volume da ajuda externa recebida, os resultados são pífios, ficando evidente o fracasso das tentativas de ajuda humanitária na resolução dos problemas do país, o que o faz ser conhecido como “cemitério de projetos”;
- viii. o fracasso dessa ajuda externa deve ser repensado em seus múltiplos campos, incluindo a autocritica das agências de desenvolvimento. A pesquisa discorrerá mais a esse respeito nos próximos capítulos.

Para um melhor entendimento, as Tabelas 1, 2, 3 e 4 apresentam dados referentes à economia do país.

Tabela 1 – Exportações no Haiti

Exportações no Haiti (US\$ milhões)		
Países	2018	Participação (%) no total
Estados Unidos	1,013.50	82.9
Canadá	47.31	3.9
França	26.31	2.2
México	22.97	1.9
<b>Subtotal</b>	<b>1,110.09</b>	<b>90.09</b>
Outros países	112.71	9.1
<b>Total</b>	<b>1,222.80</b>	<b>100</b>

Fonte: UNCTAD (Trademap, 2019).

Tabela 2 – Importações no Haiti

<b>Importações no Haiti (US\$ milhões)</b>		
<b>Países</b>	<b>2018</b>	<b>Participação (%) no total</b>
Estados Unidos	1,390.90	43.1
China	616.42	19.1
Indonésia	118.30	3.7
Turquia	101.99	3.2
México	89.13	2.8
Coreia do Sul	86.87	2.7
Índia	81.85	2.5
Japão	66.70	2.1
França	59.76	1.9
Holanda	57.96	1.8
<b>Subtotal</b>	<b>2,669.880</b>	<b>82.9</b>
Outros países	556.74	17.1
<b>Total</b>	<b>3,226.62</b>	<b>100</b>

Fonte: UNCTAD (Trademap, 2019).

Tabela 3 – Composição das Exportações do Haiti

<b>Composição das Exportações do Haiti (US\$ milhões)</b>		
<b>Grupo de Produtos</b>	<b>2018</b>	<b>Participação (%) no total</b>
Vestuários de malha	852.74	69.8
Vestuários exceto malha	168.5	13.8
Perfumaria	69.36	5.7
Pescados	24.98	2
<b>Subtotal</b>	<b>1,116.580</b>	<b>91.3</b>
Outros	106.23	9.1
<b>Total</b>	<b>1,222.81</b>	<b>100</b>

Fonte: UNCTAD (Trademap, 2019).

Tabela 4 – Composição das Importações do Haiti

<b>Composição das Importações do Haiti (US\$ milhões)</b>		
<b>Grupo de Produtos</b>	<b>2018</b>	<b>Participação (%) no total</b>
Commodities	446.84	13.8
Combustíveis	302.40	9.4
Cereais	278.13	8.6
Automóveis	200.24	6.2
Tecidos de malha	192.66	6
Máquinas mecânicas	172.61	5.3
Máquinas elétricas	152.18	4.7
Gorduras e óleos	108.31	3.4
Carnes	95.92	3
Ferro e aço	93.56	2.9
<b>Subtotal</b>	<b>2,042.850</b>	<b>63.3</b>
Outros	1,183.77	36.7
<b>Total</b>	<b>3,226.62</b>	<b>100</b>

Fonte: UNCTAD (Trademap, 2019).

## 1.2 Objetivo do trabalho

Tendo em vista o exposto, este trabalho visa analisar e dar respostas às questões levantadas inicialmente, quais sejam:

- compreender a cultura e a história do Haiti;
- compreender o papel da comunidade internacional no país;
- identificar, por meio do histórico da cooperação internacional e das lições aprendidas, estratégias para se obter uma maior efetividade de suas ações, buscando, assim, garantir a sua sustentabilidade.

É importante compreender como o país chegou ao ponto em que está hoje. Não foram apenas os desastres naturais, mas essa situação também se deve às consequências do processo de libertação, da ditadura, corrupção, da forma de ajuda humanitária que se

instalou no país, dentre outros. Faz-se necessário identificar o que tem sido feito, por que o país ainda não conseguiu se reerguer, analisar os acontecimentos nas últimas décadas.

A partir dessa análise será possível compreender a complexidade da cooperação em um país como o Haiti, como os projetos internacionais têm colaborado para a melhoria do atendimento ao povo haitiano e quais os maiores desafios encontrados para que haja uma sustentabilidade das ações desenvolvidas no escopo desses projetos e para que se consiga manter as capacidades instaladas no país.

### **1.2.1 Metodologia**

Trata-se de um estudo qualitativo, de caráter exploratório, baseado na análise bibliográfica de relatórios, estudos, artigos e livros sobre o tema. Parte do trabalho decorre também de experiência de campo, dado que, nos últimos dois anos, esta autora teve a oportunidade de visitar o Haiti quatro vezes e, apesar de não ter sido usada a metodologia de “trabalho de campo”, a análise da documentação foi feita a partir das observações feitas como participante em missões no país. Neste estudo, há uma busca pelas causas dos eventos narrados, tentando compreender a essência do problema e o que poderia ser feito para resolvê-lo.

Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com

(...) o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. A abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e das relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas.

Já o caráter exploratório do estudo visa obter uma visão geral do tema – no caso deste estudo, os desafios da sustentabilidade das ações de projetos de cooperação técnica internacional no Haiti. Segundo Gil (2007):

Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis (p. 41).

### 1.3 Gestão de Desastres

*“O risco, objeto social que se define como a percepção do perigo, da catástrofe possível, vem adquirindo lugar de destaque nas sociedades. Ele está por toda a parte. Para o homem – vítima e agressor do meio ambiente – prevalece um sentimento de insegurança, alimentado pelo próprio progresso da segurança. O risco é assumido, vivido, recusado; ele é estimado, avaliado, calculado. A gestão dos riscos – quer sejam eles ambientais, econômicos ou até mesmo sociais – se traduz por escolhas políticas e por decisões em termos de organização do território” (Yvette Veyret, 2007. Os riscos – o homem como agressor e vítima do meio ambiente).*

Risco é uma possibilidade de perigo, uma ameaça (mortes, lesões, danos em propriedades, crises econômicas etc.) em face do impacto de ameaças naturais (terremotos, furacões, enchentes, secas e outras catástrofes), ou consequências de atividades humanas: poluição, explosão etc. Risco é a probabilidade de que algo aconteça, mas não significa, necessariamente, um desastre. O desastre é um risco que se concretizou, sua intensidade pode variar, dependendo das condições de vulnerabilidade em contato com as ameaças.

Vive-se, atualmente, em uma época de crises extremas e de ausência de perspectivas, uma vez que, até o momento, não há uma solução para as adversidades atuais. Tsunamis, furacões, incêndios, secas, terremotos, alagamentos e deslizamento de terras são experiências traumáticas que causam grandes perdas humanas, destroem cidades e deixam milhares de pessoas arrasadas, sem saber como recomeçar a vida com o que sobrou. Portanto, hoje se vive em uma sociedade chamada por U. Beck (2013, p. 28) de “Sociedade de Risco” e entre os fatores que compõem essa sociedade de risco estão os desastres naturais e tecnológicos, que o autor classifica como problemas que têm o potencial de autodestruição, criados artificialmente e que surgiram com o desenvolvimento extremo da sociedade industrial. Para Beck, o risco não é localizado e

pode atingir todos, indiscriminadamente. Logo, esses riscos precisam ser combatidos e, para isso, seria necessária uma conscientização das ameaças gerais que pesam sobre a vida de todos e, ainda segundo o autor, isso se daria com a limitação da expansão descontrolada da sociedade industrial e uma reorganização do poder e da responsabilidade de cada ator. Ao invés de se esperar o controle total dos riscos, melhor seria buscar formas de lidar democraticamente com as decisões sobre os riscos que as sociedades escolhem enfrentar.

O número crescente de desastres naturais levou a sociedade internacional a reconhecer que, de fato, se vive com um grande risco de desastres, e que as comunidades mais vulneráveis são as que mais sofrem com as consequências desses desastres.

Os “desastres” referidos neste estudo se referem a situações extremas e de dimensão que ultrapassa aquelas que acontecem em eventos comumente classificados como desastres. Assim, de acordo com a definição encontrada no glossário da Estratégia Internacional de Redução de Desastres, esses são definidos como:

Uma séria interrupção no funcionamento de uma comunidade ou sociedade que ocasiona uma grande quantidade de mortes e igual perda e impactos materiais, econômicos e ambientais que excedem a capacidade de uma comunidade ou a sociedade afetada para fazer frente à situação mediante o uso de seus próprios recursos. O desastre resulta da combinação de ameaças, condições de vulnerabilidade e influência na capacidade ou medidas para reduzir as consequências negativas e potenciais do risco (EIRD, 2004).

Para que um evento seja considerado um desastre, é necessário que combine ameaças (naturais e/ou tecnológicas), exposição, condições de vulnerabilidade, pouca capacidade ou medidas para reduzir as consequências negativas e potenciais do risco (Narváez *et al.*, 2009).

Existem diferentes tipos de ameaças de acordo com as bases de dados internacionais sobre desastres naturais, como SIGMA, NatCatSERVICE e *Centre for Research on the Epidemiology of Disasters* (CRED) (Kron *et al.*, 2012, pp. 536-537):

- Eventos geológicos ou geofísicos: envolvem os processos erosivos, de movimentação de massa e deslizamentos resultantes de processos geológicos ou fenômenos geofísicos.



- Eventos meteorológicos: abrangem os processos que resultam em fenômenos como raios, ciclones tropicais e extratropicais, tornados e vendavais.
- Eventos hidrológicos: referem-se aos processos que resultam em alagamentos, enchentes, inundações graduais e bruscas e movimentos de massa úmida (deslizamentos).
- Eventos climatológicos: envolvem os processos relacionados ao clima, como estiagem, seca, queimadas e incêndios florestais, chuvas de granizo, geadas e ondas de frio e de calor.

Esses eventos possuem especificidades de acordo sua localização geográfica, magnitude, intensidade, frequência e probabilidade (EIRD, 2004 & Narváez *et al.*, 2009). As ameaças podem ser individuais, combinadas ou sequenciais em suas origens e consequências. Para que as características associadas a determinados eventos físicos se transformem em ameaças para o meio ambiente e/ou para a saúde da população é preciso que sofram interferência humana, o que exige que haja tanto a exposição quanto as condições de vulnerabilidade (Narváez *et al.*, 2009).

### **1.3.1 A Evolução da Comunidade Internacional para Reduzir o Risco de Desastres**

A publicação das Nações Unidas 2009 UNISDR – *Terminology on Disaster Risk Reduction* traz a seguinte definição sobre gestão do risco de desastre:

Gestão do Risco de Desastre é o conjunto de decisões administrativas, de organização e de conhecimentos operacionais desenvolvidos por sociedades e comunidades para implementar políticas, estratégias e fortalecer suas capacidades, a fim de reduzir os impactos de ameaças naturais e desastres ambientais e tecnológicos consequentes. Isso envolve todo tipo de atividade, incluindo medidas estruturais e não estruturais para evitar ou limitar os efeitos adversos dos desastres (UNISDR, 2009: p. 10).

O gerenciamento de desastres é um dos instrumentos de gestão urbana, que, integrado a outras políticas públicas, tem por finalidade reduzir, prevenir e controlar, de forma permanente, o risco de desastres na sociedade (Nogueira, 2002 & Lavell, 2003, p. 13). De acordo com Cardona (1996), são oito as etapas que compõem o gerenciamento

de desastres: Prevenção, Mitigação, Preparação, Alerta, Resposta, Reabilitação, Reconstrução e Desenvolvimento. Essas etapas estão divididas em três momentos do desastre: antes, durante e depois, conforme apresenta a Tabela 5.

Tabela 5 – Oito etapas do Gerenciamento de Desastres

Antes do desastre	Durante o desastre	Depois do desastre
Prevenção: objetiva evitar que ocorra o evento.	Resposta ao desastre: consiste em atividades que ocorrem no momento da emergência ou imediatamente depois de ocorrido o evento. A resposta pode envolver ações de evacuação, busca e resgate, de assistência e alívio à população afetada e ações que se realizam durante o período em que a comunidade se encontra desorganizada, e os serviços básicos de infraestrutura não funcionam.	Reabilitação: ocorre logo depois de ocorrer a situação de emergência, com o restabelecimento de serviços vitais para a comunidade.
Mitigação: pretende minimizar o impacto do evento.		Recuperação: ações de reconstrução para reparar danos causados pelo desastre e apoiar o restabelecimento da rotina da comunidade.
Preparação: estrutura as ações de resposta numa situação de desastre.		Desenvolvimento: busca alcançar ou superar o nível de desenvolvimento prévio ao desastre.
Alerta: é o aviso formal de um perigo iminente.		

Fonte: Adaptado de Tominaga (2012).

O gerenciamento de desastres pode não evitar integralmente ou acabar com as ameaças, mas trata da criação e implementação de preparativos e outros planos para tentar diminuir ao máximo as consequências dos desastres e “recuperar melhor”. A falha na criação e na aplicação de um plano pode causar danos à vida, aos bens e haver perda de recursos. Para alcançar esse objetivo, a comunidade internacional vem se reunindo para criar melhores planos e condições de resiliência para seus territórios:

– Resolução 44/236, em 1989, na Assembleia Geral da ONU: definiu a década de 90 como a Década Internacional para a Redução de Desastres Naturais (DIRDN). Havia um grande otimismo em uma ação conjunta da comunidade internacional e dos recursos técnicos e científicos existentes na época para enfrentar essas ameaças.

– 1.<sup>a</sup> Conferência Mundial sobre Prevenção de Desastres Naturais, 1994: foi criado o primeiro plano para a criação de uma política de redução de desastres com

orientações sociais comunitárias: Estratégia Internacional de Redução de Desastres (EIRD-UNISDR) que ressalta a importância da criação de “(...) redes e associações interdisciplinares para a investigação integrada e aplicada em todos os campos relacionados com a gestão do risco” (EIRD; ONU, 2004).

– 2.<sup>a</sup> Conferência Mundial para Redução de Desastres: aprova o Quadro de Ação de Hyogo (2005-2015), que consiste em fortalecer as redes e promover o diálogo e a cooperação entre os especialistas em desastres, os especialistas técnicos e científicos, os encarregados da planificação e outros atores (UNISDR, 2005).

Foi o primeiro plano a detalhar o trabalho necessário de todos os diferentes setores e atores com o objetivo de aumentar a resiliência das nações e comunidades diante de desastres, com a meta de, até 2015, reduzir significativamente as perdas ocasionadas por desastres.

O Quadro de Hyogo (UNISDR, 2015) foi constituído com cinco prioridades, conforme seguem.

- ❖ Garantir que a Redução de Risco de Desastres seja uma prioridade nacional, por meio de um mecanismo institucional designado Plataforma Nacional para a Redução de Risco de Desastres (PNRRD).
- ❖ Identificar, avaliar, monitorar os riscos de desastres e melhorar os avisos antecipadamente.
- ❖ Construir uma cultura de segurança e de resiliência, por meio de conhecimento, inovação e educação.
- ❖ Reduzir os fatores de riscos ocultos.
- ❖ Reforçar as estratégias de preparação em face dos desastres.

Em 2015, 10 anos depois da adoção do Quadro de Ação de Hyogo, haviam sido registrados mais de 3.400 desastres em todo o mundo. Tempestades, enchentes, secas, ondas de calor, furacões e outros desastres naturais ocasionaram mais de 700 mil mortes, cerca de 90% delas em países de baixa renda e baixo-média. Dentre as causas desse

aumento de riscos de desastres estão a pobreza, as mudanças climáticas, a desigualdade, o uso insustentável da terra e códigos de construção fracos.<sup>6</sup>

– A 3.<sup>a</sup> Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a Redução do Risco de Desastres e o Quadro de Ação de Sendai 2015-2030 reforçam a ideia de “(...) aprimorar o trabalho científico e técnico sobre a redução do risco de desastres e sua mobilização por meio da coordenação de redes existentes e de institutos de pesquisa científica em todos os níveis e regiões” (UNISDR, 2015).

A Estratégia de Sendai foi aprovada por unanimidade pela Assembleia Geral da ONU, e a redução do risco de desastres foi reconhecida como uma área fundamental para o alcance da Agenda 2030 de Desenvolvimento, incluindo a Agenda de Ação de Addis Abeba, os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e o Acordo de Paris sobre o clima – documentos das Nações Unidas. Para fundamentar a avaliação do progresso mundial no alcance dos resultados e objetivos da Agenda 2030, metas globais foram estipuladas com o objetivo de contribuir para o alcance do resultado e objetivo dessa Estrutura; e um grupo de trabalho de especialistas intergovernamental está desenvolvendo indicadores para medir o progresso global das metas acordadas da Estrutura (UNISDR, 2015).

Fica evidente a grande preocupação da comunidade internacional em reduzir as consequências de desastres, pois, considerando todos os documentos aprovados internacionalmente, pode-se perceber que estão comprometidos em encontrar respostas para enfrentar essas ameaças. No entanto, não se vê o mesmo nível de comprometimento dos governos (com algumas exceções) que assumam a responsabilidade de proteger as pessoas e seus territórios e deveriam estar cumprindo as metas do Quadro de Hyogo, a fim de garantir esses direitos.

De acordo com Teresa Rodrigues (2010), para a comunidade internacional, para além das perdas humanas, os desastres comprometem gravemente, e em curto prazo, os investimentos de desenvolvimento sustentável. Quando esses investimentos não incluem medidas de redução de riscos de desastres, há uma grande possibilidade de que se tornem mais uma vulnerabilidade a acrescentar a muitas outras, aumentando, assim, o ciclo das

---

<sup>6</sup> Disponível em <[https://www.preventionweb.net/files/50589\\_creddisastermortalityallfinalpdf.pdf](https://www.preventionweb.net/files/50589_creddisastermortalityallfinalpdf.pdf)>.

vulnerabilidades já existentes. A resposta da comunidade internacional para confrontar esse risco deveria ser, principalmente, a criação de uma cultura de prevenção para que as comunidades se tornem mais resilientes.

#### **1.4 Haiti: Desastres e Vulnerabilidade**

Uma região pode ser considerada mais ou menos suscetível aos desastres de acordo não só com sua posição geográfica, mas também com sua habilidade de enfrentamento, baseando-se na capacidade econômica e na gestão política. O que mais comumente se pode notar é que os países mais pobres, independentemente da posição geográfica, é que acabam sendo os mais afetados, devido aos fatores: falta de sistemas de alerta precoce; falta de gestão de riscos; construções instáveis; falta de conhecimento da população em como agir em caso de desastres naturais; e ausência dos mecanismos de proteção civil, que são garantidos nos países de alta renda. Um exemplo claro disso é que no terremoto haitiano de 10 de janeiro de 2010, mais de 200 mil pessoas morreram, no entanto, no mesmo ano, terremotos da mesma magnitude causaram muito menos vítimas no Chile e nenhuma morte na Nova Zelândia.

De acordo com o relatório *Poverty & Death: Disaster Mortality 1996-2015* (CRED & UNISDR, 2015), nos últimos 20 anos o Haiti perdeu mais vidas por desastres naturais do que qualquer outro país do mundo, tanto em termos absolutos quanto em relação ao tamanho de sua população. Isso ocorreu não só devido ao imenso número de mortes no terremoto de 2010, mas também em consequência da alta mortalidade por inundações, tempestades, furacões e doenças resultantes desses desastres naturais. Quase 230 mil haitianos morreram de todos os tipos de desastres naturais, entre 1996 e 2015. Fatores de vulnerabilidade como extrema pobreza, corrupção (a *Transparency International* classifica o Haiti em 168 dos 180 países em seu Índice de Percepção de Corrupção de 2019<sup>7</sup>), democracia frágil, falta de experiência com terremotos e obras com engenharia inadequada tiveram um papel importante nessas tragédias.

---

<sup>7</sup> Disponível em <<https://www.transparency.org/cpi2019>>.

É conhecido que um país como o Haiti necessita de absolutamente tudo e, por isso, pode haver uma menor priorização em investimento na redução do risco de desastres do que em áreas como educação e saúde, por exemplo. As soluções encontradas hoje para o risco de desastres geralmente são muito caras para esses países, logo, faz-se urgente encontrar respostas acessíveis para todos. Muitas casas simples construídas com padrões resistentes a terremotos no Nepal e na Índia têm passado nos testes sísmicos rigorosos em sua resistência estrutural.

Apesar de todo o recurso internacional que entra no Haiti para ajudar na reconstrução do país após os recorrentes desastres, o Haiti continua muito vulnerável a catástrofes naturais, isso se deve aos altos índices de pobreza, degradação ambiental, carências materiais e institucionais e a má gestão política e administrativa do estado haitiano.

#### **1.4.1 A Resiliência do Povo Haitiano**

A palavra resiliência vem do latim: *resilio* (*re* + *salio*), que significa recuar, voltar atrás. Na psicologia, significa voltar ao estado anterior, ter a habilidade de se ajustar a situações adversas que se apresentam na vida. Na psicologia, o conceito de resiliência foi retratado como oposto ao de vulnerabilidade, sendo definido, a princípio, como um conjunto de traços de personalidade, capacidades ou habilidades que tornam as pessoas resistentes a doenças psíquicas quando passam por experiências traumáticas (Souza & Cervený, 2006).

Ser resiliente significa conseguir superar dificuldades, tensões, barreiras, traumas, tragédias e outros tipos relevantes de estresse, mantendo o equilíbrio psicológico e emocional. Resiliência não significa mudar um acontecimento, mas sim a capacidade de superação, considerando a maneira com que a pessoa é atingida por ele. Refere-se, assim, à adaptação positiva, ou à capacidade de manter ou recuperar a saúde mental depois de uma experiência adversa (Herrman *et al.*, 2011: p. 259). Por outro lado, a resiliência não significa, literalmente, uma volta à condição anterior, mas sim a superação ou adaptação do nível de funcionamento anterior ao evento traumático (Stein, 2008).

Entendendo que resiliência trata do estudo de pessoas que se adaptam/superam os problemas que ocorrem em sua vida, e “*coping*” aborda o estudo de técnicas utilizadas pelas pessoas perante os seus problemas, pode-se concluir que ambos os conceitos estão profundamente correlacionados. A resiliência pode ser compreendida como sinônimo de estratégias de *coping*, no sentido de esforços cognitivos e comportamentais para enfrentar situações de ameaças, perdas ou desafios, quando não se tem um plano ou uma resposta automática; quando não há um procedimento claro de como lidar com a situação, aceitar a realidade e enfrentá-la com soluções. Essa tendência relaciona o *coping* com os tipos de apego às perdas sofridas no período da infância, com a eficácia do suporte social recebido, a capacidade para resolver problemas e as competências cognitivas. Essa tendência é uma característica das pesquisas norte-americanas e francesas, em que a resiliência é compreendida como um enfrentamento às situações de risco (Michaud, 1999).

Em outra linha de pesquisa, Trembley & Herbert (1999) se dedicam ao estudo do indivíduo sob o impacto de um trauma significativo, como a perda de um membro do corpo em guerra ou em desastres naturais, a morte de pessoas queridas, entre outros. Por sua vez, Irwin Sandler (2001) diz que:

(...) qualquer adversidade em particular necessita ser interpretada dentro do contexto dos efeitos acumulados da exposição para múltiplas adversidades e não mais nos antigos critérios de uma perspectiva apenas individual ou familiar.

A capacidade de resiliência é explicada por diversas áreas, de formas diferentes (Vasconcelos, 2008):

- A biologia defende o ponto de vista de que cada ser humano é dotado de um potencial genético que faz com que ele seja mais resistente que outros.
- A psicologia vê a importância do relacionamento com a família, principalmente na infância, que vai construir a capacidade de enfrentar crises.
- A antropologia vê a influência da cultura, das tradições, como a mais importante.
- A sociologia vê a organização social, a gestão do poder e a capacidade das estruturas sociais, como o Estado.

- A teologia vê a necessidade do sofrimento como fator de evolução espiritual: o “dar a outra face”.

Para a Agência das Nações Unidas para Redução do Risco de Desastres, resiliência é definida como:

A capacidade de um sistema, comunidade ou sociedade exposta a riscos de resistir, absorver, acomodar e recuperar-se dos efeitos de um perigo de maneira oportuna e eficiente, inclusive através da preservação e restauração de suas estruturas e funções básicas essenciais (UNISDR, 2009: p. 24).

Outra perspectiva da resiliência – e que é muito relevante quando se fala do Haiti – é o estudo denominado “multidisciplinar pós-moderno”, que seria a força que leva uma pessoa a crescer por meio das adversidades e perturbações (Richardson, 2002). Há nas pesquisas uma valorização do corte da história tanto das pessoas quanto da realidade social em que ela está inserida. Essa linha de pesquisa busca obter uma perspectiva mais real, agregando as consequências dos processos políticos, culturais e religiosos que impactam a vida das pessoas. Nessa perspectiva, pode-se falar de “viver dentro de uma cultura de violência” no Haiti, uma consequência da história violenta do país, da violação dos direitos básicos, da imensa desigualdade social e da falta de dignidade em que vivem os haitianos. A violência, nesse contexto, pode ser percebida, então, como uma resposta agressiva a essa desigualdade social, ao poder abusivo e ao desrespeito à vida humana.

O Haiti deixa os seus visitantes com um misto de duas sensações opostas: desespero e encantamento. Desespero devido à situação caótica do país, pois, ainda hoje, são muitos entulhos espalhados pelas ruas, ocorrem as disparidades sociais, a miséria absoluta na qual vive a maioria da população, ruas e rios lotados de lixo, a desorganização do trânsito, falta de eletricidade, de saneamento básico, entre tantos problemas visíveis. Mas o que mais impressiona é a reação dos haitianos diante de tantas catástrofes e das condições em que vivem. O encantamento vem da força desse povo, que luta pelos seus direitos, que sai à rua para tentar mudar sua realidade e tentar melhorar as condições em que vivem os haitianos que, mesmo com todas as adversidades, têm o riso fácil. Independentemente dura realidade em que vive, o povo haitiano não desiste, está sempre em movimento, tentando sobreviver de alguma maneira, e muitos, mesmo com condições para ir embora do país, ficam, pois acreditam que podem fazer parte da mudança, impulsionar seu país para um futuro melhor. É um povo que tem muito orgulho da sua



história de luta e também da sua aparência, as pessoas estão sempre arrumadas; suas crianças vão impecáveis para as escolas, com seus cabelos trançados, laços que combinam com as cores do uniforme e sapatos sempre limpos e brilhando. Os haitianos possuem uma surpreendente capacidade de recuperação que os estrangeiros classificam de “resiliência” e que é um dos traços mais marcantes da população. Esses são traços marcantes e que os destacam da realidade em que vivem – tantas vezes devastadora.

Entre os diversos elementos que constituem o processo de resiliência, a espiritualidade se destaca como uma ferramenta importante, capaz de fornecer ao indivíduo os recursos essenciais para a superação de adversidades. O ser humano está sempre em busca de explicações para entender as dificuldades enfrentadas ao longo da vida, muitas pessoas acabam buscando na espiritualidade um significado e sentido para sua existência, uma força maior, algo que as ajude a compreender e aceitar seus problemas. Dessa forma, a espiritualidade vem sendo cada vez mais reconhecida como um elemento essencial da resiliência, com a capacidade de promovê-la e mediá-la. Flach (1991), por exemplo, coloca a fé como um dos fatores principais da resiliência, que, segundo ele, é um processo de adaptação contínua, no qual o indivíduo possui um conjunto de forças psicológicas e biológicas para se reorganizar e superar as mudanças estressantes pelas quais passa durante a vida. Flach acredita que a fé é o componente vital da resiliência:

Para alguns, a fé existirá dentro dos limites da religião formal; para outros, reside no nível mais profundo do nosso inconsciente, em contato com as verdades eternas (Flach, 1991: p. 261).

O Haiti, como país, política e estruturalmente, possui uma baixa capacidade de resiliência a catástrofes naturais. Suas estruturas não são adequadas, as construções não foram planejadas, tampouco organizadas de maneira a resistir a catástrofes naturais, tendo como exemplo a destruição causada pelo terremoto de 2010. Mas, por outro lado, a população haitiana demonstra uma enorme capacidade de recuperação das mais diversas crises políticas e desastres naturais. Pode-se dizer que o que move o povo haitiano é a vontade de lutar e o amor à vida. A espiritualidade é um fator muito relevante nessa capacidade, dado que a religião é muito importante em grande parte da cultura desse povo e que os impulsiona para continuar lutando.

Há evidências empíricas de que alguns indivíduos que experimentaram eventos traumáticos e estressantes tentam enfrentar as adversidades por meio de suas crenças religiosas (Chen & Koenig, 2006). De fato, depois do terremoto devastador de janeiro de 2010, no Haiti, a fé dos haitianos foi demonstrada por meio de imagens do povo rezando, que foram disseminadas pelos meios de comunicação em todo o mundo.

### 1.4.2 Religião

Muitos haitianos encontram na religião, na cultura e no legado da revolução haitiana, ferramentas para superar e enfrentar as dificuldades advindas de desastres humanos e naturais pelos quais passam desde o colonialismo até hoje. A Tabela 6 apresenta os dados sobre a religião no país.

Tabela 6 – Religião no Haiti

Religião	Número de seguidores	Porcentagem da população total
Cristianismo	9.884.591	86,9%
Sem religião	1.205.715	10,6%
Religiosidade popular	250.243	2,2%
Outros	34.124	0,3%

Fonte: Pew Research Center (2012)<sup>8</sup>.

A religião desempenha um papel vital em todas as esferas da vida haitiana, incluindo política, moral e saúde (Corten, 2000 & Hurbon, 2004). O Haiti é caracterizado pela diversidade religiosa, incluindo: Catolicismo, Vodou (que combina tradições da África Ocidental e Catolicismo) e várias tradições protestantes. Igrejas protestantes e católicas e práticas religiosas no Haiti ajudam as pessoas a lidar com problemas mentais e emocionais e dão um suporte paralelo de cura. A religião no Haiti dá ao haitiano um senso de propósito, consolo, estrutura e disciplina. A religião pode aumentar a autoestima, aliviar o desespero e dar esperança em situações muito difíceis. Muitos profissionais de saúde que trabalham no Haiti encontram nos líderes espirituais aliados, porque eles

---

<sup>8</sup> Disponível em <<https://www.pewforum.org/2012/12/18/global-religious-landscape-exec/>>.

incentivam os pacientes a buscar ajuda e aceitar os tratamentos recomendados pelos médicos. Para o povo haitiano, líderes religiosos e espirituais podem ser mais confiáveis do que os profissionais de saúde convencionais ou instituições médicas.

Os principais aspectos da identidade haitiana se baseiam no creole (idioma haitiano, que combina o francês com o espanhol e línguas africanas) e no vodu. O haitiano, praticante do catolicismo ou de qualquer outra religião, vive, no seu dia a dia, o vodu. Apesar de mais de 80% dos haitianos se declararem católicos, é sabido que mais da metade da população é, na verdade, praticante da religião Vodou – um ditado comum no país é que os haitianos são 70% católicos, 30% protestantes e 100% vodu. O vodu é praticado no Haiti desde o fim do século XVIII, mas só em 2003 foi reconhecido oficialmente como religião. O Vodou, mais do que uma religião, é um componente que está profundamente marcado na cultura haitiana.

## **CAPÍTULO II – ORIGENS DA COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL**

Depois da II Guerra Mundial, a economia estatizada da União Soviética, seu modelo ideológico e de relação de classes na produção eram vistos como um exemplo a ser replicado. Em países da Europa, como Itália e França, os partidos comunistas estavam fortalecidos. A Alemanha estava dividida em duas áreas de influência – soviética e ocidental – cada uma integrando blocos econômico-ideológicos opostos e, com isso, demonstrava uma situação arriscada para os esforços de não continuarem os conflitos bélicos na região. Devido a essa situação, os EUA, que saíram fisicamente ilesos da II Guerra, lançaram, em 1947, o Plano Marshall. O plano se baseava no empréstimo e na doação de recursos financeiros aos países da Europa Ocidental que haviam sido devastados na II Guerra Mundial e tinha dois objetivos principais:

- comercial/econômico: reconstrução do continente europeu e da recuperação de um relevante parceiro comercial;
- geopolítico: formação de um grupo estratégico de parceiros políticos e econômicos e contenção da expansão do comunismo no continente europeu.

Assim, de 1948 até 1951, nações europeias receberam, aproximadamente, US\$ 13 bilhões por meio do Plano Marshall. O dinheiro foi utilizado, em parte, para modernização das próprias estruturas econômicas europeias, feitas por meio de financiamento indireto e também para a reconstrução das cidades e para comprar, exclusivamente, bens dos EUA, escassos na Europa. Além da exclusividade da origem dos bens, todos eles foram transportados por embarcações dos EUA até a Europa.

Pode-se afirmar que o Plano Marshall ajudou a recuperar a Europa, mas não era uma unanimidade, havia muitas críticas sobre os efeitos dessa ajuda. Em 1952, Robert Marjolin, o arquiteto francês do Plano Marshall, registrou, em um documento, a preocupação de que esse Plano trouxesse efeitos morais negativos sobre a Europa:

Embora a ajuda americana tenha sido um remédio necessário ao longo de um período, e continuará sendo por um tempo, deve-se reconhecer que, durante o longo período, teve efeitos psicológicos e políticos perigosos. (...) Está dificultando a tarefa dos governos da Europa Ocidental tentando trazer uma completa reabilitação econômica e financeira. A ideia de que é sempre possível recorrer à ajuda americana, de que aqui está a cura sempre presente para os déficits de pagamentos externos, é um fator destrutivo da força de vontade. É difícil esperar que, enquanto esse recurso continuar a

existir, as nações do oeste da Europa apliquem, por um período de tempo suficiente, a corajosa política econômica e financeira que lhes permita atender às suas necessidades de seus próprios recursos sem a contribuição de ajuda externa (Marjolin *in* Ellerman, 2001: p. 15-16).

Além da intenção de reconstruir os países europeus arruinados pela guerra, o Plano Marshall respondia, prioritariamente, a expectativas de influência geopolítica dos Estados Unidos. Na Figura 1, os países que têm seu nome escrito na cor amarela receberam recursos do Plano Marshall, entre 1947 e 1951. Os demais países não receberam, o que demonstrou um claro estabelecimento de uma fronteira Leste-Oeste. Cabe aqui ressaltar que essa ajuda, no início, também foi prometida à URSS, que rejeitou e proibiu os países que controlava de recebê-la também. De fato, esse momento político foi o mais marcante para a divisão da Europa em duas partes: a parte ocidental democrata, sob a influência dos EUA; e a oriental, sob a tutela da URSS.

Figura 1 – Mapa das Nações que receberam recursos do Plano Marshall



Fonte: CNN (2007).

Apesar do reconhecido impacto positivo do Plano, muitos estudiosos afirmam que ele foi determinado mais pela vontade dos países europeus beneficiados de saírem de suas condições de destruição pós-guerra (havia escassez de tudo, bens alimentares e máquinas, que só os EUA podiam fornecer) – bem como pelas sólidas instituições que tinham desde antes da guerra – do que propriamente pelos recursos financeiros do Plano Marshall.

Esse é um fato bastante relevante na compreensão da origem do que hoje se conhece como Cooperação Técnica Internacional (CTI). A crença internacional de que recursos externos poderiam promover desenvolvimento em outras regiões do mundo acabou dando origem à CTI.

Houve um segundo evento de grande importância para a Cooperação Técnica Internacional no mundo: o Ponto IV de Truman.

Em 1948, Harry S. Truman foi reeleito presidente dos EUA. Em seu discurso de posse ao Congresso Norte-Americano, Truman anunciou que sua política externa pretendia “(...) assumir novos projetos para fortalecer um mundo livre” (The American Presidency Project, 2007). Ao contrário do Plano Marshall, não se tratava de ajuda econômica e sim de um compartilhamento de conhecimentos e assistência técnica para benefício das nações. Para executar essa política, Truman estabeleceu quatro linhas de ação:

- 1) Continuidade no apoio às Nações Unidas e respectivas agências.
- 2) Continuidade dos programas para a recuperação econômica mundial.
- 3) Fortalecimento das nações “amantes da paz” contra os perigos de agressão.
- 4) Início de um programa completamente novo para tornar os benefícios dos avanços científicos e industriais disponíveis para a melhoria e o crescimento das áreas “subdesenvolvidas”.

A quarta linha ficou conhecida como “Ponto IV de Truman” e representou a institucionalização, nos EUA, e nas Nações Unidas, da então chamada “assistência para o desenvolvimento”. Segue trecho do seu discurso sobre esse ponto:

Mais da metade das pessoas do mundo vive em condições que se aproximam da miséria. A comida deles é inadequada. São vítimas de doenças. Sua vida econômica é primitiva e estagnada. Sua pobreza é uma desvantagem e uma ameaça para eles e para áreas mais prósperas. Pela primeira vez na história, a humanidade possui o conhecimento e a habilidade para aliviar o sofrimento dessas pessoas. (...). Eu acredito que devemos disponibilizar aos povos amantes da paz os benefícios de nosso estoque de conhecimentos técnicos, a fim de ajudá-los a realizar suas aspirações por uma vida melhor. E, em cooperação com outras nações, devemos promover o investimento de capital em áreas que precisam de desenvolvimento. Nosso objetivo deve ser ajudar os povos livres do mundo, através de seus próprios esforços, a produzir mais comida, mais roupas, mais materiais para a habitação e mais força mecânica para aliviar seus encargos. Convidamos outros países a colocar seus recursos tecnológicos nesse empreendimento. (...) Essa deve ser uma empresa cooperativa na qual todas as nações trabalham juntas através das Nações Unidas e de suas agências especializadas sempre que possível. Deve ser um esforço mundial para alcançar a paz, a abundância e a liberdade (Truman, 1949).

Foi a primeira vez que se utilizou a expressão “subdesenvolvido” para se referir a um país que ainda não tivesse alcançado o estágio industrial. Acabou por inspirar a expressão “terceiro mundo”, inventada pouco depois, em 1952, pelo demógrafo Alfred Sauvy.

Pouco menos de um ano depois, em 1950, o Ponto IV do discurso de Truman foi adotado no âmbito do Congresso Norte-Americano, por meio do “Ato para o Desenvolvimento Internacional”, que permitiu a implementação do então conhecido Programa do Ponto IV (The American Presidency Project, 2007).

Essa iniciativa dos EUA de utilizar de recursos nacionais para financiar o desenvolvimento na Europa e em outras regiões do mundo, após a Segunda Guerra Mundial, deu início ao que passou a ser conhecido como “ajuda externa”. Segundo o *Oxford Companion to Politics of the World*, a expressão ajuda externa é definida como

(...) atividades desenhadas para promover desenvolvimento econômico através de uma transferência de recursos e conhecimento de países industrializados para países em desenvolvimento (Feinberg, 1993: p. 309).

Segundo a *Encyclopedia Britannica* (2006), a ajuda externa pode ser definida como:

A transferência internacional de bens de capital ou serviços de um país ou organização internacional para o benefício do país destinatário ou de sua população. A ajuda pode ser econômica, militar ou humanitária de emergência (por exemplo, ajuda dada após desastres naturais) (p. 692).

Assim, pode-se entender CTI como uma forma de ajuda externa, uma atividade que envolve a disponibilidade de recursos técnicos ou financeiros por um país, ou grupo de países para outro país, com a finalidade de apoiar o desenvolvimento socioeconômico.

Não há uma forma de expressão única para descrever essa ajuda externa, cada país acaba utilizando uma expressão diferente, denominando a CTI em suas atividades no exterior da forma que mais lhe convém. No Brasil, por exemplo, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) denomina essa atividade de “Cooperação Técnica Internacional”; o Banco Mundial a denomina “Assistência Técnica”; o Canadá, “Desenvolvimento Internacional”; Portugal a chama de “Cooperação para Desenvolvimento”, entre inúmeras outras formas de denominação.

## **2.1 Cooperação Técnica Internacional (CTI) e suas modalidades**

De acordo com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), os Projetos de Cooperação Internacional se caracterizam pelo estímulo, no país receptor, do desenvolvimento de capacidades técnicas, por meio do acesso e da apropriação de conhecimentos, informações, tecnologias, experiências e práticas, em bases não comerciais e em todas as áreas do conhecimento. Logo, o foco da CTI não é fluxo financeiro, sejam doações, sejam empréstimos em dinheiro. A grande meta da CTI é o compartilhamento de práticas e conhecimentos para gerar desenvolvimento no mundo.

Os projetos de cooperação técnica são excelentes impulsionadores do desenvolvimento social e comprovam que os esforços de diversos atores, somados a uma disposição e vontade política, podem resultar em ganhos importantes de ordem social e na economia de uma região.

Existem diversos tipos de Cooperação Internacional, dentre as quais podem ser citadas as seguintes:



- Cooperação Humanitária
- Cooperação Militar
- Cooperação Científica
- Cooperação Tecnológica
- Cooperação Técnica
- Demais tipos de cooperação

O Itamaraty<sup>9</sup> diz ainda que as iniciativas de Cooperação Internacional são ferramentas que fomentam o desenvolvimento, promovendo a capacitação humana e institucional, levando a mudanças estruturais na realidade socioeconômica dos países aos quais se destinam. São exemplos de atividades de cooperação técnica a transferência ou o compartilhamento de conhecimentos, experiências e boas práticas entre Governos – bilateralmente ou por meio de organização internacional –, em bases não comerciais (Brasil, 2019).

### **2.1.1 Cooperação Sul-Sul**

Dentre as modalidades de Cooperação Internacional, existe a Cooperação Sul-Sul, que diz respeito à cooperação técnica entre países em desenvolvimento no Sul Global, ou seja, os chamados países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, mas não, obrigatoriamente, que se localizam no Hemisfério Sul.

---

<sup>9</sup> Ministério das Relações Exteriores do Brasil, também conhecido como Itamaraty, é um órgão do Poder Executivo, responsável pelo assessoramento do Presidente da República na formulação, no desempenho e no acompanhamento das relações do Brasil com outros países e organismos internacionais.

Figura 2 – Regionalização socioeconômica do espaço mundial



Fonte: Pena (Brasil Escola, s.d.).

É uma forma de colaboração e compartilhamento de conhecimentos, habilidades e experiências de sucesso nas mais diversas áreas, como direitos humanos, mudança climática, saúde, engenharia, desenvolvimento agrícola, urbanização etc. Essa ferramenta é muito utilizada por Estados, organismos internacionais, estudiosos, pela sociedade civil e pelo setor privado. De acordo com artigo de Ivan Piseta (s.d.), a Cooperação Sul-Sul se refere aos seguintes aspectos:

- **Cooperação econômica:** estímulo do comércio entre países em desenvolvimento, com a finalidade de redução das desigualdades entre países do Norte e do Sul.
- **Cooperação política:** movimento de solidariedade e coesão na tomada de decisão em fóruns multilaterais, como a Assembleia Geral da ONU, por grupos como o G-77 e o Movimento dos Países Não Alinhados (MNOAL).
- **Cooperação técnica:** compartilhamento de conhecimento, experiências de sucesso, tecnologias, contribuições financeiras entre países em desenvolvimento. É chamada de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD) e engloba diversos atores dos países em desenvolvimento: governos nacionais, agências subnacionais, organizações não governamentais e setor privado. Também pode apoiar organizações internacionais e os Estados desenvolvidos.

As Nações Unidas (2016) definem Cooperação Sul-Sul (CSS) como:

Um processo pelo qual dois ou mais países em desenvolvimento buscam seus objetivos de desenvolvimento de capacidades individuais e/ou compartilhados por meio do intercâmbio de conhecimentos, habilidades, recursos e expertise técnica, e por meio de ações coletivas regionais e inter-regionais, incluindo parcerias que envolvem governos, organizações regionais, sociedade civil, academia e o setor privado, para seu benefício individual e/ou mútuo dentro e entre regiões. A Cooperação Sul-Sul não substitui, mas sim complementa a Cooperação Norte-Sul (p. 5).

Esse movimento político Sul-Sul teve início ainda no contexto da Guerra Fria<sup>10</sup>, quando os países do Sul, que tinham conseguido recentemente sua independência e, em sua maioria, enfrentavam um cenário de extrema pobreza, cansados das disputas com os países do Norte, começaram a procurar uma aproximação. Tentavam garantir sua independência e buscavam construir parcerias entre eles, pois tinham condições econômicas, sociais e políticas similares. Chamados de subdesenvolvidos ou “Terceiro Mundo” (termo substituído por “Sul Global”), o movimento da Cooperação Sul-Sul começou com um esforço de união e colaboração entre esses países no sentido de se fortalecerem, melhorando as relações econômicas entre si e promovendo desenvolvimento.

Os operadores da cooperação entre países em desenvolvimento são enfáticos quando indicam a solidariedade como seu elemento motivador e desvinculado de interesses outros que não a promoção do desenvolvimento, posicionamento em contraponto às condicionalidades e direcionamentos que permeiam a ajuda oficial ao desenvolvimento dos países desenvolvidos (Corrêa, 2010: p. 91),

A Conferência de Bandung, realizada em 1955, foi um primeiro marco no movimento de aproximação dos países do Sul. Nessa conferência, 29 países da África e da Ásia, e cerca de 30 movimentos de libertação nacional, reivindicavam o fim do colonialismo e da segregação racial. Havia um entendimento de que existia um conflito norte-sul, em que os países do Norte oprimiam o desenvolvimento dos países do Sul. Nessa conferência, foram definidos os dez princípios de Bandung, que tratavam, principalmente, do respeito aos direitos do homem, da promoção da paz e segurança

---

<sup>10</sup> Ocorreu no período de 1947 a 1991. Foi marcada pelo constante confronto entre as duas superpotências que emergiram da Segunda Guerra Mundial, EUA e URSS, e dominou o cenário internacional na segunda metade do Século XX. “Gerações inteiras se criaram à sombra de batalhas nucleares globais que, acreditava-se firmemente, podiam estourar a qualquer momento, e devastar a humanidade” (Hobsbawm, E. J. (1995). *1917-Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Tradução: Marcos Santarrita, São Paulo, Companhia das Letras).

internacionais e da necessidade de articulação para a redução das desigualdades do sistema internacional:

Tabela 7 – Os dez princípios de Bandung

N.º	Princípios
1	Respeito aos direitos fundamentais.
2	Respeito à soberania e à integridade territorial de todas as nações.
3	Reconhecimento da igualdade entre todas as raças e entre todas as nações, grandes e pequenas.
4	Não intervenção ou não interferência em assuntos internos de outros países.
5	Respeito pelo direito de cada nação de defender-se, individual e coletivamente.
6	Recusa na participação dos preparativos da defesa coletiva destinada a servir aos interesses particulares das superpotências.
7	Abstenção de todo ato ou ameaça de agressão, ou do emprego da força, contra a integridade territorial ou a independência política de outro país.
8	Solução de todos os conflitos internacionais por meios pacíficos (negociações e conciliações, arbitradas por tribunais internacionais).
9	Promoção dos interesses mútuos e da cooperação.
10	Respeito à justiça e às obrigações internacionais.

Fonte: Adaptação de PINO, B. A. Evolução histórica da cooperação Sul-Sul (CSS). IN: IPEA. Repensando a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (2014).

Depois da Declaração de Bandung ocorreram outros movimentos como o Movimento dos Países Não Alinhados (MNOAL), que tinha um viés político e trazia o conceito de autossuficiência coletiva, com o objetivo de não esperar pela ajuda dos países do Norte, ou seja, os países do Sul seriam responsáveis pelo seu próprio desenvolvimento. Outro movimento ideológico importante foi a Teoria da Dependência, que alegava haver uma subordinação entre países no sistema capitalista, enquanto os países do Norte se desenvolviam, os países do Sul se limitavam a produzir produtos primários para exportação. De acordo com Marini (2000), quando países produzem bens que os demais não produzem, possivelmente as vendas serão feitas a preços superiores ao valor real do produto, dando origem a uma troca desigual. O autor traz como principal argumento, em sua análise da superexploração da força de trabalho, que as nações prejudicadas por essa troca desigual, ao invés de ter aumentada sua capacidade produtiva de trabalho, o que aumenta é o grau de exploração da força de trabalho.

Ainda segundo Marini (2000),

(...) uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito, as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência (p. 109).

Esses movimentos geraram um aumento de trocas de conhecimentos, experiências e boas práticas, com o objetivo de reduzir a desigualdade entre os países do Norte e os países do Sul, promovendo, assim, capacidades para que esses países consigam desenvolver-se sem o apoio do Norte.

Tendo em vista essa nova realidade, surgiu uma nova forma de cooperação fundamentada em horizontalidade, intercâmbio de conhecimentos, promoção da apropriação local dos projetos executados e na permanência da independência dos Estados: a Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD).

Os pontos centrais da Cooperação Sul-Sul foram esboçados em 1978, durante a Conferência da ONU sobre a Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento, quando foi adotado o Plano de Ação de Buenos Aires (PABA) para o estímulo e promoção da CTPD. O PABA qualificou a CTPD como um instrumento da CSS, que não deve substituir a cooperação com os países do Norte, e sim complementar. Definiu os princípios nos quais se fundamentam a CSS na sua modalidade técnica, que são utilizados até os dias atuais; estabeleceu nove objetivos da CTPD e agregou em 38 recomendações as carências dos países do Sul, das quais 14 foram feitas para os governos nacionais, de cooperação entre países em desenvolvimento.

### **2.1.2 O Declínio e a Retomada da Cooperação Sul-Sul (CSS)**

A cooperação entre os países do Sul começou a enfraquecer nas décadas de 80 e 90, quando um cenário de grandes crises econômicas, como a crise do petróleo e o endividamento externo, por exemplo, fez com que os países emergentes propulsores da CTPD voltassem a se concentrar em seus assuntos internos. Segundo Pino (2014), alguns dos processos que fizeram com que a Cooperação Sul-Sul voltasse a crescer foram: a ação

dos países emergentes como atores principais da CSS; o reconhecimento dessa modalidade de cooperação pelos países do Norte; as ações multilaterais e ações na ONU para promover a CSS).

A década de 90 ficou conhecida como a década de conferências realizadas pelas Nações Unidas, com a intenção de dar a devida importância aos problemas mais graves que o mundo enfrentava, trazendo temas como proteção ao meio ambiente, direitos humanos, bem-estar das crianças, desenvolvimento social, entre outros, propiciando o diálogo e a elaboração de recomendações e resoluções, renovando o espírito da cooperação e seus objetivos mundiais.

O renovado interesse na Cooperação Sul-Sul também ocorreu em razão dessa necessidade de maior eficiência da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, ganhando uma nova compreensão com o interesse das agências das ONU em incorporar a transferência de boas práticas. A autossuficiência, o favorecimento recíproco entre os países e a apropriação do desenvolvimento são cada vez mais aceitos pelos países do Norte como fundamentos do desenvolvimento; critica-se, no entanto, a falta de registros do volume de recursos gastos, de indicadores claros, da sustentabilidade e dos impactos causados ao longo dos anos.

## **2.2 O Conceito de Sustentabilidade**

As primeiras discussões sobre Desenvolvimento Sustentável foram realizadas em 1968 pelo Clube de Roma, formado por pessoas de diferentes áreas como, cientistas, acadêmicos, economistas, humanistas, políticos e empresários que tinham por objetivo discutir a crise atual e futura da humanidade, examinando os problemas que desafiavam o mundo: a grande desigualdade social; poluição, a deterioração do meio ambiente; o descontrolado crescimento urbano; o aumento do desemprego; a crescente inflação e outras falhas econômicas e financeiras. Os membros do clube acreditavam que era possível compreender o mundo como um sistema e analisá-lo como um todo (visão sistêmica) (Krüger, 2001).

Como resultado dos debates do Clube foi publicado um relatório, em 1972, *The limits to growth* (“Os limites do crescimento”), que argumentava sobre a necessidade de se conseguir um equilíbrio global baseado em limitar o crescimento da população, apoiar o desenvolvimento econômico dos países menos desenvolvidos e dar uma maior atenção aos desafios ambientais. O relatório teve enorme repercussão pois trazia uma visão nada otimista do planeta caso o padrão de desenvolvimento não mudasse. Tendo esse relatório como base, outros documentos foram elaborados para alertar sobre a urgência em se mudar o padrão de desenvolvimento vigente (Krüger, 2001: p 39).

Ainda em 1972, foi realizada a Primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e nesse encontro surge o conceito de ecodesenvolvimento, que defendia que a ideia de desenvolvimento sustentável se apoiava em três princípios: o econômico, o social e o ambiental. Esse conceito foi criado por Maurice Strong e ampliado por Ignacy Sachs, nos anos 70. O local dessa conferência foi Estocolmo e contou com a participação de 250 ONGs e 113 países, incluindo o Brasil, quando foram discutidos os seguintes princípios, segundo Almeida (2002: p 19).

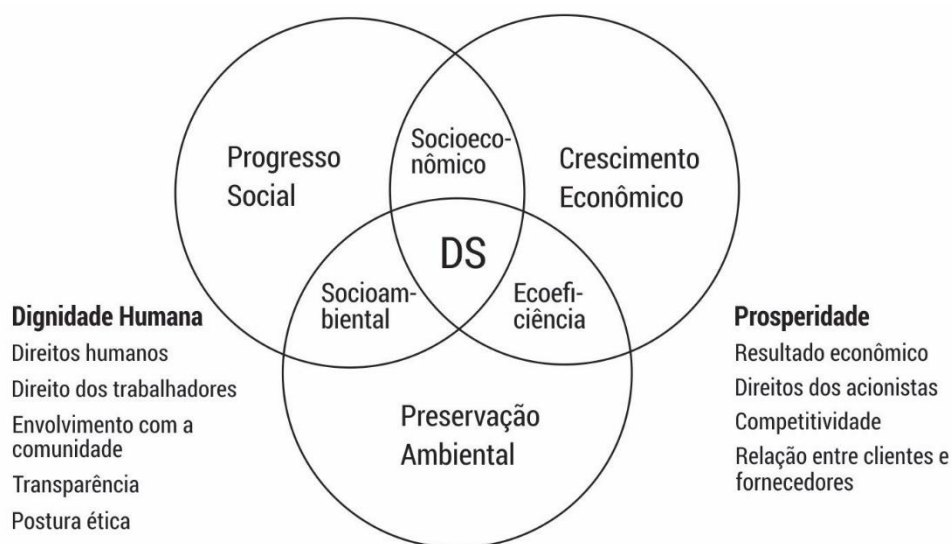
- Para os países em desenvolvimento, o melhor instrumento para melhorar o ambiente e combater a poluição é o desenvolvimento econômico e social.
- O desenvolvimento e o meio ambiente, longe de serem conceitos antagônicos, se completam.
- O Brasil defende intransigentemente a política da soberania nacional, no que se relaciona com o aproveitamento dos recursos naturais, e acha que os problemas ambientais são, na maioria, de âmbito nacional.
- Como a poluição industrial é provocada principalmente pelos países desenvolvidos, compete a esses países o maior ônus na luta contra ela.

A Conferência de Estocolmo ficou conhecida, na época, como “abordagem do ecodesenvolvimento” e, posteriormente, renomeada como “Desenvolvimento Sustentável” (Sachs, 1993). A partir dessa conferência, a proteção ao meio ambiente tornou-se um desafio e um objetivo mundial, passando a ser considerada um direito fundamental para a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Como resultado, foi

elaborada a Declaração das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (ou Declaração de Estocolmo), que estabeleceu princípios para as questões ambientais, reconhecendo que os recursos naturais são finitos e que necessitam de gestão adequada para garantir que as gerações futuras tenham acesso a eles. Foi também criado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), a primeira agência ambiental global. O desafio era grande, pois, nessa época, a maioria dos países tinha como prioridade o desenvolvimento econômico e via os problemas ambientais como uma consequência da pobreza.

Carvalho & Viana (1998) e Kraemer (2003) enfatizam que o conceito de Desenvolvimento Sustentável apresenta três critérios fundamentais que devem ser obedecidos simultaneamente: econômicos, sociais e ambientais, estabelecendo-se, então, o tripé conhecido como *triple-bottom line*, conforme a Figura 3.

Figura 3 – As três dimensões do Desenvolvimento Sustentável (DS)



Fonte: Baseado em Kraemer (2003) & ICN-REN (2005).

Altenfelder (2004) e Araújo & Mendonça (2009), definem os conceitos de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade de formas diferentes: o desenvolvimento sustentável está usualmente relacionado à expectativa de um país que inicia uma fase de crescimento e que consegue mantê-la ao longo do tempo; já a sustentabilidade é a habilidade de autossustentar-se e de automanter-se. Esse último conceito está ligado a termos como desenvolvimento ou crescimento econômico, mas que sejam sustentáveis (Santos & Hatakeyama, 2012). A fim de contribuir para a sustentabilidade, as



organizações precisam repensar em seus processos produtivos (Araújo & Bueno, 2008), isso significa pensar em construir sistemas de produção que não gerem impactos negativos e ofereçam produtos e serviços que contribuam para a melhoria do desempenho ambiental (Coral, 2002).

São muitas as discussões sobre desenvolvimento sustentável e sustentabilidade, vamos aqui detalhar duas dessas visões:

- I. Quando se fala em desenvolvimento sustentável, uma vez que o termo é comumente utilizado para relacionar a expectativa de que o país entre em uma fase de crescimento que se mantenha ao longo do tempo, faz com que tal forma de desenvolvimento pressuponha a expansão econômica permanente, gerando melhoria nos indicadores sociais, além da preservação ambiental (Altenfelder, 2004).
- II. Sustentabilidade é a habilidade de autossustentar-se, de automanter-se. Uma atividade sustentável qualquer é a aquela que pode ser mantida por um longo período, que não se esgote nunca, apesar dos imprevistos que poderão ocorrer. O conceito de sustentabilidade pode ser ampliado quando se fala de uma sociedade sustentável, que não coloca em risco os recursos naturais como o ar, a água, o solo e a vida vegetal e animal dos quais a vida (da sociedade) depende (Philippi, 2001).

Este trabalho trata, especificamente, dos desafios da sustentabilidade das ações dos projetos de cooperação internacional no Haiti, no sentido de essas ações e dos impactos causados por ela serem mantidos por um longo tempo, mesmo depois da saída da cooperação.

Para a ABC (2013), aferir a sustentabilidade é examinar em que medida as mudanças positivas na situação inicial produzidas por meio de cooperação técnica durarão depois de concluídas as atividades. A sustentabilidade da cooperação técnica está relacionada a fatores externos e internos das iniciativas.

## 2.3 Haiti: Cooperação e Dependência Geopolítica do Exterior

O ranking mundial de Estados Frágeis publicado, anualmente, pelo *Fund for Peace* (FFP), analisa os 178 países baseando-se nos diferentes desafios que enfrentam e que afetam o seu nível de fragilidade. Para que esse ranking seja elaborado, são analisados 12 indicadores diferentes, que incluem temas como conflitos sociais, pressão demográfica, índices de corrupção, garantia dos direitos humanos, dados econômicos, entre outros. Esses indicadores são pontuados de 1 a 10 cada, em que 1 é a nota para o país mais estável e 10, para o país menos estável. A pontuação máxima é de 120 pontos, e quanto maior a pontuação, mais grave é a situação do país, sendo que os que estão mais próximos dessa pontuação máxima são classificados como países em Alerta Máximo (maior que 110 pontos). Em 2005, quando foi instituído o Índice de Estados Frágeis, o Haiti ocupou o 10.º lugar, hoje está em 12.º lugar, com 102 pontos, e está entre os países em Alerta Alto (entre 100 e 110 pontos), conforme a Tabela 11:

Tabela 8 – Índice dos Estados Frágeis

Data	Ranking da Fragilidade	Índice da Fragilidade
2018	12.º	102,0
2017	11.º	105,3
2016	10.º	105,1
2015	11.º	104,5
2014	9.º	104,3
2013	8.º	105,8
2012	7.º	104,9
2011	5.º	108,0
2010	11.º	101,6
2009	12.º	101,8
2008	14.º	99,3
2007	11.º	100,9
2006	8.º	104,6
2005	102,	99,2

Fonte: [countryeconomy.com](http://countryeconomy.com) (s.d.).

O termo Estados Frágeis vem sendo utilizado para substituir a expressão “Estado Falido”, empregado para classificar países conforme seu grau de vulnerabilidade diante de conflitos, guerras e desintegração socioeconômica de sua população. Dessa forma, os Estados Falidos normalmente são aqueles que pertencem a regiões extremamente frágeis politicamente e que não conseguem oferecer a seus cidadãos funções essenciais, como segurança, por exemplo.

De acordo com o relatório *Fragile States 2013* da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD):

Uma região ou estado frágil tem fraca capacidade de levar a cabo funções de governação básicas e não tem capacidade para desenvolver relações mutuamente construtivas com a sociedade. As regiões ou estados frágeis são também mais vulneráveis a choques internos e externos, tais como crises econômicas ou calamidades naturais (OECD, 2012: p. 15).

Fragilidade se refere a uma variedade de situações como: países em crise, países em guerra, em contexto de reconstrução, instabilidade política e perda de autoridade democrática, crises humanitárias e naturais, situações de pobreza extrema.

Segundo relatado pela diretora regional da Cooperação Suíça América Central, Edita Vokral, no artigo “Ajuda em contextos frágeis. O caso do Haiti”, a fragilidade estrutural do país tem várias causas:

- **Concentração de poder e riqueza:** poder e riqueza sempre foram distribuídos de forma muito desigual (4% dos haitianos possuem 66% da riqueza nacional). Desigualdade econômica e injustiça levam a população a viver em condições de extrema pobreza, o que se reflete neste provérbio haitiano “*degajé sé pa sin*”: cuidar de si mesmo, sair de problemas mesmo que seja feito em detrimento de outros. A falta de perspectiva leva à falta de plano para o futuro, e a emigração (em sua grande maioria feita de forma ilegal) acaba sendo uma saída. Estima-se que 80% da população com alto nível de estudo deixou o país.
- **Fraca legitimidade das instituições estatais e uma estrutura legal desatualizada:** as muitas crises sociais políticas e a baixa capacidade do Estado de fornecer benefícios sociais básicos acabaram com a legitimidade de instituições estatais. Elas carecem de equipe e de recursos para poder assumir seu papel, sendo esse o principal motivo pelo qual ONGs e várias fundações as

substituem – sem a devida coordenação de suas ações. A instauração de instituições mais fortes acaba sendo dificultada pela falta de uma estrutura legal e a atualização de normas e procedimentos.

- **Alta vulnerabilidade a desastres naturais:** a posição geográfica do país em uma região de tensões tectônicas expõe o Haiti a diversos riscos naturais, como terremotos, tsunamis, ciclones, entre outros. O desmatamento, que ocorre desde os tempos coloniais, as mudanças climáticas, a pressão demográfica e a urbanização desorganizada aumentam a vulnerabilidade do país.
- **Pobreza extrema e baixo crescimento econômico:** a economia do Haiti é baseada, principalmente, na economia rural (25%), sem uma adequada gestão de recursos, e no comércio. O setor de manufatura é quase inexistente – com exceção de algumas empresas de terceirização em têxteis. A economia é 80% informal, e a maioria dos alimentos ou é importada ou vem de ajuda externa. O aumento da população excede a produção de bens que, além disso, são mal distribuídos.
- **Interferência e dependência geopolíticas do exterior:** devido à posição geográfica do Haiti, o país funcionava como se fosse um “quintal dos Estados Unidos”. Os Estados Unidos ocuparam o país entre 1915 e 1934, e o Haiti continua sendo uma prioridade de sua política externa. Para o Canadá o Haiti também é uma prioridade – em especial por causa da grande diáspora haitiana, principalmente em razão da emigração. A França também; por ser uma antiga potência colonial, continua interessada no Haiti. Em dezembro de 2017, durante visita do Presidente Jovenel Moïse à França, o país europeu qualificou o Haiti como “parceiro prioritário” e anunciou um financiamento adicional de US\$ 30 milhões para o Haiti, por meio do mecanismo “Fundo Verde”, estabelecido pelo Acordo de Paris. Atualmente, essa é a mesma posição da Espanha, que teve seu relacionamento com o Haiti intensificado, nas últimas duas décadas, com foco na cooperação para o desenvolvimento. A política da União Europeia para o Haiti também vem se intensificando, tendo como elemento principal as ações de ajuda humanitária e de cooperação, além de grandes investimentos nos projetos de longo prazo com foco nas áreas de ordenamento urbano, educação e reforma da administração.

Outro fator importante a ser destacado é a dependência do Haiti do acordo venezuelano – o Petrocaribe. O país sofre agora com o desabastecimento de combustível em consequência do bloqueio que os Estados Unidos impõem à Venezuela, evitando a livre navegação dos navios que forneciam combustível subsidiado, e sob condições preferenciais, ao Haiti. Sem ter acesso ao petróleo com as condições especiais oferecidas pelo acordo, o Haiti teve que buscar o produto no mercado internacional, que é dominado pelas transnacionais norte-americanas, e que pratica valores muito elevados e impossíveis para o Estado pagar. Desde 2002, a assistência ao desenvolvimento cresceu consideravelmente, principalmente em decorrência dos desastres naturais. Depois do terremoto de 2010, a ajuda humanitária se tornou ainda mais forte no país. Toda essa ajuda faz com que a Cooperação Internacional, junto com o Estado, sejam os maiores empregadores, causando uma forte dependência do país e tornando a saída da Cooperação ainda mais difícil.

Ainda segundo Vokral (s.d.), desastres naturais comumente pressionam o país de volta, quando está no caminho do progresso. Tomando o caso do Haiti como exemplo, em 2009, a situação política e social foi relativamente estável. Mas essa situação não durou muito, ao contrário, piorou bastante com o terremoto de 2010, que causou danos econômicos estimados em quase US\$ 7,9 bilhões. Em Porto Príncipe, edifícios residenciais e comerciais desabaram e muitos edifícios administrativos; o Palácio Presidencial, a catedral, ministérios e a sede da MINUSTAH também foram destruídos. Na capital do país, 80% das escolas foram afetadas (desabaram ou foram seriamente danificadas) e 60% das existentes nas províncias foram danificadas. Hospitais e clínicas desabaram ou se tornaram inutilizáveis. Além de todas essas perdas, ainda houve a destruição dos arquivos públicos, que constituem a memória institucional e administrativa fundamental para a ação do Estado. O terremoto no Haiti foi o evento no qual mais funcionários da ONU perderam a vida; e, por causa dos danos causados e ao grande número de mortes, esse terremoto é considerado o mais grave da história das Américas.

Em razão da fraqueza do Estado, da falta de respeito por leis e normas, o estrago foi muito maior do que teria sido, caso houvesse um planejamento urbano, construções seguras e um plano de emergência, elaborado e disseminado nas escolas e nas comunidades, como deveria ser feito em todos os países que estão sujeitos a catástrofes naturais devido à sua posição geográfica.

Outro fato importante é a debilidade das informações oficiais que o Haiti possui sobre seu território e sua população. O último censo realizado foi em 2003, anterior ao terremoto e à consequente diáspora haitiana, o que dificulta a tomada de decisões dos gestores.

### **2.3.1 O Terremoto e a Dependência do Exterior**

A forte dependência do Haiti em relação aos Estados Unidos, por causa da sua proximidade, acabou influenciando a forma da ajuda humanitária no país. Segundo a OPAS relata na publicação “A Resposta da Saúde no Tremor do Haiti”<sup>11</sup>, a pedido do presidente haitiano, os Estados Unidos assumiram a administração do aeroporto, que foi, então, fechado temporariamente ao tráfego aéreo programado e deram prioridade às suas próprias aeronaves. Com isso, a maior parte da ajuda teve que passar pelo aeroporto de Santo Domingo para depois chegar, por terra, em Porto Príncipe.

Por esse motivo, a República Dominicana foi o primeiro país a ajudar, enviando caminhões com ajuda (remédios, alimentos, cobertores, água, equipamentos, entre outros) e algumas ambulâncias. Cuba também está entre os primeiros países que prestaram socorro ao Haiti. Antes do terremoto, já havia enviado 400 médicos para o país; depois do terremoto, enviou equipes de resgate, financiadas, em grande parte, pela Noruega. Em outubro, devido ao surto da epidemia de cólera, mais 900 médicos foram enviados. A Venezuela enviou um avião militar com alimentos, remédios, água potável e uma equipe de resgate. Na Suíça, uma hora depois do terremoto, uma equipe de resposta rápida da Unidade de Ajuda Humanitária foi para o Haiti com a missão de identificar as necessidades locais. A Agência Suíça para o Desenvolvimento e Cooperação (SDC), que tem grande compromisso com a ajuda emergencial, enviou 40 peritos, aproximadamente,

---

<sup>11</sup> Disponível em

<[https://www.paho.org/disasters/index.php?option=com\\_docman&view=download&category\\_slug=books&alias=2008-la-reponse-sanitaire-a-la-suite-du-tremblement-de-terre-en-haiti-janvier-2010&Itemid=1179&lang=en](https://www.paho.org/disasters/index.php?option=com_docman&view=download&category_slug=books&alias=2008-la-reponse-sanitaire-a-la-suite-du-tremblement-de-terre-en-haiti-janvier-2010&Itemid=1179&lang=en)>

para trabalharem nas áreas de água, higiene, medicina, construção, coordenação e logística. O foco estava na ajuda médica e no compromisso com os desabrigados.

O terremoto causou grande impacto no mundo, gerando uma onda de solidariedade internacional. A situação do Haiti depois do terremoto acabou se tornando, em âmbito global, a crise humanitária para a qual mais recursos financeiros foram doados.

Com o objetivo de arrecadar US\$ 3,8 bilhões para a reconstrução do Haiti, foi realizada, em Nova York, a Conferência dos Doadores por um Novo Futuro do Haiti, convocada pela ONU e copresidida pelo Brasil, Espanha, França e Canadá. O governo dos EUA e o Banco Mundial liberaram US\$ 100 milhões em assistência financeira; muitos países anunciaram contribuições que superaram as expectativas da própria ONU. Os doadores prometeram US\$ 4,56 bilhões para 2010 e 2011 e quitaram toda a dívida do Haiti de US\$ 972,2 milhões. Em abril, foi criada a Comissão Interina para a Reconstrução do Haiti (CIRH) por decreto presidencial – colocada sob a direção do primeiro-ministro haitiano Jean-Max Bellerive e do ex-presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton – como representante Especial da ONU para o Haiti. A missão da CIRH era de executar, em curto prazo, o planejamento e a execução dos projetos financiados pelos doadores. Esses recursos, no entanto, não seriam recebidos pelo Haiti e sim pelas organizações internacionais, públicas e privadas que atuavam no país. A dependência do Haiti de doadores externos acabou se tornando ainda mais perceptível.

Uma forte característica da crise humanitária no Haiti é a diversidade de atores envolvidos na reconstrução do país. Depois do terremoto, o número de ONGs cresceu de tal maneira que o país foi chamado de “República das ONGs”; essas organizações acabam provendo serviços básicos para a população e, muitas vezes, assumem o papel do Estado. Isso traz um grande problema, pois, quando essas ONGs têm que partir para outras crises humanitárias pelo mundo, elas deixam um buraco no país receptor por não terem tido tempo para trabalhar com profundidade as atividades de cooperação para o desenvolvimento de forma sustentável. Esse foi o caso, por exemplo, da ONG Médicos sem Fronteira, que será relatado mais adiante.

Apesar dos bilhões de dólares investidos para resolver as crises recorrentes no país, os resultados são mínimos. Milhares de especialistas em cooperação para o

desenvolvimento desembarcaram no Haiti para acompanhar e orientar os múltiplos projetos, nas mais diversas áreas, que somem sem deixar resultados reais, dando ao país o título de cemitério de projetos. Uma auditoria conduzida pela Procuradoria da Usaid, divulgada em setembro de 2012, concluiu que há uma falta de transparência na gestão dos fundos destinados ao Haiti. “Foram confirmados grandes desajustes provocados pela corrupção, gastos inúteis e pela ausência de resultados tangíveis e de sustentabilidade dos programas” (Seitenfus, 2014: p. 275).

Sem levar em consideração a fraqueza do Estado e o conhecimento da cultura local que poderia otimizar a ajuda humanitária, os doadores tradicionais reunidos no Comitê de Assistência ao Desenvolvimento da OCDE trabalham há anos na criação de metodologias que possam fazer com que a ajuda oferecida seja mais eficaz. Mas o desafio ainda é grande, principalmente em contextos frágeis e marcados por interesses geopolíticos. De acordo com Seitenfus (2014), o objetivo da comunidade internacional não é conhecer e compreender a realidade do local, ela busca simplesmente estabilizar a política, normalizar o país e trazer a democracia. Essa comunidade não percebe que, para tanto, é fundamental que conheça verdadeiramente o cerne da questão, a natureza dos problemas para traçar uma estratégia mais adequada e personalizada. Apesar de terem problemas imensos em todas as áreas, é a política que constitui o cerne dos dilemas no Haiti. As últimas décadas foram marcadas por uma sucessão de governos instáveis, o que não ajuda o país a se fortalecer institucionalmente e acaba por enfraquecer ainda mais a administração central. Sem um modo de vida aceitável e sem regras que se imponham a todos, não há solução. Enquanto a comunidade internacional não se sensibilizar para essa questão, os haitianos podem se beneficiar temporariamente de algumas ações, mas nunca de uma melhoria definitiva.

Vokral (s.d.) cita em seu artigo que, para um país recuperar o controle, em seu desenvolvimento deve haver estruturas estatais eficazes, com cultura organizativa, dever de restituição, responsabilização, com atores capazes de planejar atividades e supervisioná-las. Esse não foi o caso no Haiti, nem antes nem depois do terremoto; quem visita o país hoje, dez anos depois do terremoto, percebe claramente que os desafios ainda são enormes e que o Haiti está longe de encontrar uma solução efetiva para a melhoria de vida de sua população.



## 2.4 A História da Cooperação Técnica Internacional entre Brasil e Haiti

*Como é que pretos, pobres e mulatos  
E quase brancos quase pretos de tão pobres são tratados  
E não importa se os olhos do mundo inteiro  
Possam estar por um momento voltados para o largo  
Onde os escravos eram castigados  
E hoje um batuque um batuque  
Com a pureza de meninos uniformizados de escola secundária  
O Haiti é aqui  
“Haiti”, Caetano Veloso.*

De acordo com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC, s.d.), O Brasil e o Haiti mantêm relações diplomáticas desde 1928. As relações entre os dois países sempre foram amigáveis devido aos inúmeros aspectos comuns que ligam ambos os países, especialmente a cultura, derivada das raízes comuns africanas de parte de suas populações, e a história. Mas a cooperação entre o Brasil e o Haiti teve início por meio do Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo do Brasil e o Governo do Haiti, decretado em novembro de 2004. Desde então, aproximadamente 15 projetos de cooperação foram executados com o objetivo de apoiar o desenvolvimento do povo haitiano, em áreas como, agricultura, saúde, infraestrutura e desenvolvimento social, além de diversas outras ações de cunho emergencial e humanitário.

Em 2004, quando, em consequência dos diversos protestos violentos causados pela insatisfação do povo haitiano, o Presidente Jean Bertrand Aristide foi destituído e buscou exílio na África do Sul, levando à instalação de um governo provisório, a ONU enviou ao país uma equipe de paz, denominada Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH), com o objetivo de contribuir para a segurança do povo haitiano e ajudar a manter a ordem democrática. O Brasil assumiu o comando da parte militar da MINUSTAH e, desde então, tem se comprometido com a reconstrução e a recuperação do país: participou intensamente da Conferência de Doadores para o Haiti, em 2004. Nesse evento, além de manifestar a disposição em contribuir para o esforço internacional em prol da reconstrução do Haiti, o Brasil anunciou o envio de uma missão

multidisciplinar, composta por especialistas nos campos de agricultura, saúde, saneamento, justiça, defesa civil, infraestrutura, educação, esportes e desenvolvimento social. O objetivo era identificar áreas em que a cooperação brasileira pudesse ser prestada e quais projetos poderiam ser implementados rapidamente (ABC, 2005).

Como visto em tópico anterior, o terremoto de janeiro de 2010, de magnitude 7,0 na escala Richter, seguido de outros dois, atingiu o Haiti, levando à morte mais de 200 mil pessoas, além de, aproximadamente, 350 mil feridos e mais de um milhão de desabrigados. O terremoto piorou ainda mais a condição de pobreza e vulnerabilidade do país; o Haiti perdeu quase todas as suas construções, incluindo hospitais, escolas, igrejas e o palácio presidencial da capital Porto Príncipe. Entretanto, depois do terremoto de janeiro de 2010, a cooperação com o Haiti aumentou significativamente e, conseqüentemente, houve um aumento no número de projetos de cooperação. A área da saúde, por ser uma prioridade na etapa de reconstrução e estabilização do Haiti, é hoje um dos principais eixos da cooperação com o país. A cooperação para o desenvolvimento social e para o emprego também são eixos importantes no Programa de Cooperação Brasil-Haiti.

O Brasil fez uma contribuição financeira ao Fundo de Reconstrução do Haiti (FRH), no montante de US \$ 55 milhões. O objetivo do fundo era conseguir levantar recursos de diferentes doadores e implementá-los no Plano de Ação para a Recuperação e o Desenvolvimento do Haiti, apresentado pelo governo haitiano depois do terremoto. O fundo é coordenado pelo governo haitiano e administrado por um comitê gestor, formado por países doadores, como o Brasil. O Banco Mundial funciona como agente fiscal do fundo, tendo a responsabilidade de transferir os recursos a pedido do comitê gestor para a implementação dos projetos no país. Os recursos foram utilizados em projetos de reconstrução e desenvolvimento.

Sobre os setores considerados prioritários pela atual administração, o avulso da Mensagem do Senado Federal n.º 81 informa:

Em abril de 2018, o governo haitiano difundiu entre os principais doadores internacionais o documento chamado “Eixos Prioritários da Administração Moïse”, com indicação dos sete setores considerados prioritários pela atual administração. Com ênfase no setor de infraestrutura, o documento apontou como prioridades os seguintes eixos: 1) reforma do Estado e manutenção da estabilidade política e social; 2) transformação do Haiti em destino de investimentos; 3) aumento da produção agrícola e melhora do meio ambiente; 4) construção de infraestrutura energética,

rodoviária e portuária; 5) reforço da infraestrutura hidráulica e sanitária; 6) melhoria da infraestrutura e da qualidade da educação; e 7) promoção da estabilidade para o apoio a projetos sociais (Brasil, 2019: p. 16).

Para que haja uma maior eficácia da Cooperação internacional, o governo haitiano pretende que os programas de cooperação e os sete eixos indicados no documento estejam alinhados.

No caso do Brasil, é possível identificar áreas em que as agências de cooperação já estão trabalhando no âmbito da cooperação técnica, tais como saúde (eixo 5) por meio do projeto BRA 17/018 de construção e manutenção de três “Hospitais Comunitários de Referência”; e educação (eixo 6), por meio do projeto BRA 16/014 de construção de infraestrutura para o ensino técnico e treinamento de instrutores (Brasil, 2019: p. 16).

Seitenfus (2014) diz que a cooperação brasileira é híbrida: por um lado, doações e organizações privadas, como Viva Rio, e públicas, tais como PNUD, PMA e OPAS; por outro, projetos multilaterais com países-membros do Ibas (Índia, Brasil e África do Sul) e triangulares, com Canadá, Cuba, Estados Unidos, França e Venezuela. Além dessas vertentes, há a tradicional cooperação utilizada em projetos bilaterais, ligadas a diferentes órgãos do governo haitiano e do governo brasileiro.

Dentre os projetos da chamada tradicional cooperação internacional entre Brasil e Haiti, destaca-se o “Projeto de Fortalecimento da Autoridade Sanitária do Haiti”, que teve como principais resultados: a construção de três Hospitais Comunitários de Referência (HCRs) – Dra. Zilda Arns, em Bon Repos, região metropolitana de Porto Príncipe, Dr. Ary Bordes, em Beudet e Dr. Raoul Pierre, em Carrefour –; um Instituto de Reabilitação com todos os equipamentos médicos; a reforma de laboratórios; a construção de depósitos para armazenamento de vacinas; a aquisição de 30 ambulâncias; e a formação de agentes comunitários. Em 2017, foi assinado o Projeto “Fortalecimento da Gestão dos Serviços e do Sistema de Saúde no Haiti”, que dá continuidade ao Projeto anterior por meio da manutenção dos 3 HCRs e do Instituto Haitiano de Reabilitação. Tem um eixo de fortalecimento da gestão, dos serviços e da governança da saúde pública haitiana, e outro eixo que visa ao desenvolvimento e à implementação de um plano para a transferência gradual da gestão dos serviços de saúde da Cooperação Tripartite, com o objetivo de garantir sua sustentabilidade e a manutenção de suas estruturas pelo governo haitiano (Brasil, 2019: p. 12). Esses projetos serão discutidos mais adiante.

### **CAPÍTULO III – O SISTEMA DE SAÚDE NO HAITI**

A Constituição haitiana de 1987, produzida no âmbito de mobilização social do fim da ditadura Duvalier, comprometeu-se a assegurar direitos sociais à sua população. Em seus artigos 19 e 23, respectivamente, estipula que o Estado tem por obrigação a garantia do direito à vida, à saúde e o fornecimento a todos os cidadãos dos meios adequados para garantir a proteção, manutenção e recuperação da saúde – mesmo com a dificuldade do Estado de assegurá-los (Haiti, 1987).

Apesar dessa garantia prevista na Constituição, o sistema de saúde no Haiti é limitado e sofre com profundas carências, que tendem a aumentar ainda mais com a diminuição progressiva da ajuda da comunidade internacional. Na realidade, os serviços de saúde são fornecidos pelo setor público (MSPP e Ministério da Assistência Social); pelo setor privado com fins lucrativos; pelo setor misto, sem fins lucrativos – instituições privadas ou entidades religiosas; pelo setor privado sem fins lucrativos – organizações não governamentais (ONGs), fundações, associações; e pelo sistema de saúde tradicional. No entanto, 40% da população têm acesso apenas à saúde tradicional (Haiti, 2016a). Segundo as informações levantadas pela “Pesquisa sobre Mortalidade, Morbidade e Utilização de Serviços” (EMMUS-VI), feita pelo Ministério da Saúde Pública e da População do Haiti (MSPP) e o Instituto Haitiano de Estatísticas e Informática (IHSI), somente 41% das crianças entre 12 e 23 meses receberam todas as vacinas de base; 39% dos partos são feitos em estabelecimento de saúde; 2% dos pesquisados estão contaminados pelo vírus HIV. Entre aqueles que afirmaram ter ficado doentes no ano anterior à pesquisa, 58% disseram não ter utilizado o sistema de saúde (clínicas ou hospitais), em razão dos altos custos (Brasil, 2019: p. 16).

De acordo com o mesmo documento, na área de saúde pública, 74% das famílias têm acesso à água potável; 41%, a eletricidade; e 31% das casas possuem instalações sanitárias, contra 25%, cujas famílias informaram utilizar “a natureza”. Também foram levantadas questões referentes ao registro infantil (77% das crianças de até 5 anos possuem certidão de nascimento); à violência doméstica (34% das pesquisadas declararam ter sofrido algum tipo de violência por parte do marido ou companheiro); e à violência sexual (12% das pesquisadas, das quais somente 24% informaram ter buscado ajuda) (Brasil, 2019: p. 17).

Outro problema do sistema de saúde no país é que os serviços de saúde públicos cobram pela maioria dos procedimentos realizados. Mesmo que aleguem ser uma taxa “simbólica”, e que a cobrança represente apenas 10% do valor de um atendimento, e que a população mais vulnerável seja isenta, a cobrança, ainda assim, representa uma grande barreira de acesso aos cuidados de saúde, por causa da condição de pobreza da população (Misoczky, Bordin & Barcelos, 2015).

### **3.1 Impacto do Terremoto de 12 de janeiro de 2010 na Saúde**

Ocorrências como desastres naturais se caracterizam pela enorme capacidade de causar danos diretos ou indiretos à saúde e, por isso, podem gerar uma grande emergência em saúde pública. Em decorrência das mudanças climáticas no mundo, essas situações têm sido cada vez mais frequentes, influenciando os índices de mortalidade e causando danos à saúde física e mental das pessoas afetadas, ocasionando, dessa forma, uma sobrecarga nos serviços de saúde.

Terremotos ocupam um lugar de destaque entre os maiores acontecimentos com capacidade de provocar sérios danos ao homem e, particularmente, têm impactos relevantes na saúde da população e na infraestrutura dos serviços de saúde.

Conforme mencionado na ata da 1.<sup>a</sup> Reunião do Comitê Gestor Tripartite – Brasil, Cuba e Haiti para o Fortalecimento do Sistema de Saúde e Vigilância Epidemiológica do Haiti, o terremoto de 2010 teve efeitos dramáticos nas estruturas do setor de saúde. Segue, abaixo, uma lista com os principais impactos desse desastre.

- Nos três departamentos geográficos mais afetados do país (Oeste, Sudeste e Nippes), 60% dos hospitais foram severamente danificados ou completamente destruídos. Os escritórios e as instalações de gestão do Ministério da Saúde também foram severamente afetados – o edifício principal do Ministério desabou completamente e até hoje não foi reconstruído.

- O deslocamento de populações, cerca de 1,2 milhão de pessoas, aumentou bastante a pressão sobre o sistema de saúde nos departamentos não diretamente afetados pelo terremoto, tornando o desastre um fenômeno nacional. Milhares de pessoas ficaram feridas. Mais de 4 mil amputações foram realizadas.
- Novos grupos vulneráveis surgiram devido a limitações funcionais em consequência das amputações e psicotraumas ligados ao terremoto. Risco de aumento da desnutrição entre os mais vulneráveis, de mortalidade em crianças menores de 5 anos e aumento de mortalidade materna ligada à menor disponibilidade de cuidados obstétricos.
- A desorganização dos serviços de saúde causada pela desmobilização do pessoal de saúde afetado pelo terremoto também contribuiu para os impactos negativos em termos de redução no volume de serviços. A eficiência do Ministério da Saúde Pública e População foi bastante reduzida (coordenação, equipe, infraestrutura, equipamentos). Ao aumentar a acessibilidade dos cuidados, a chegada de muitos novos participantes colocou desafios adicionais à coordenação já muito fraca do setor da saúde.
- O código de construção haitiano não fornece nenhum mecanismo para controlar a aplicação de padrões internacionais contra sismos. Estava sob a revisão do governo durante o período que antecedeu o terremoto. Os engenheiros nacionais dos setores público e privado não têm conhecimento suficiente de engenharia de terremotos e eólicos para incorporar medidas de mitigação no projeto de todos os edifícios vitais.

Depois do terremoto, o surgimento de novos atores internacionais, somado a uma forte mobilização de todos os envolvidos do sistema nacional de saúde, fez com que os impactos humanos desse desastre fossem reduzidos. Também é importante mencionar o forte envolvimento do setor privado com fins lucrativos na prestação de serviços que foram iniciados espontaneamente após o terremoto e permaneceram atuando no país por alguns meses. Devido ao aumento da oferta, ao aumento do fluxo de pessoas e da dificuldade de acesso nas áreas afetadas, o ministério teve que ajustar as estratégias de intervenção para poder aproximar-se da população. Passou, então, a utilizar clínicas móveis e brigadas móveis que facilitavam o acesso aos acampamentos e abrigos

temporários. Simultaneamente, foi iniciada uma campanha de vacinação para evitar a ocorrência de uma epidemia pelo aparecimento de patologias imunocontroláveis. Nesse contexto, houve um consequente aumento nas necessidades de atendimentos relacionados à saúde mental e pela medicina de reabilitação, em razão dos novos grupos vulneráveis (órfãos do terremoto) e pessoas com algum tipo de deficiência física (amputados).

De acordo com artigo do *The New Humanitarian* (2020)<sup>12</sup>, o terremoto deveria ter sido um alerta para que cidades populosas vulneráveis, como Porto Príncipe, se preparassem melhor para futuros desastres, mas os centros urbanos do Haiti só cresceram desde 2010 e pouco foi feito para melhorar as práticas gerais de construção ou repensar sobre a construção de edifícios em áreas superpovoadas ou propensas a desastres, ainda não há políticas reais de planejamento urbano. A população de Cité Soleil, por exemplo, aumentou desde o terremoto, e as milhares de pessoas deslocadas do desastre vivem na capital ou nos arredores. Quase um milhão de pessoas em Porto Príncipe enfrentam insegurança alimentar.

Ainda segundo esse jornal, depois do terremoto e cerca de 300 mil feridos, 10,2% do PIB do Haiti foram investidos em saúde: o mais alto em 20 anos. O investimento atual em saúde, no entanto, está em uma baixa histórica de 5,3%.

A situação do país, que já é bastante grave, tende a piorar com a retirada da ajuda internacional, como foi o caso, por exemplo, do ocorrido com a ONG Médicos sem Fronteiras (MSF) no Haiti. O MSF está presente no país desde 1991 e, durante esses 20 anos de presença, a organização construiu e mantém três hospitais e três centros. Atua em áreas difíceis (isoladas ou de extrema pobreza) do país, cobrindo serviços de traumatologia, obstetrícia e atendimento a queimados. A organização é bastante valorizada pela população haitiana e pelo Ministério da Saúde do país. Os serviços prestados são de alta qualidade e são gratuitos, diferentemente daqueles prestados pelo governo local. A partir de julho de 2019 o Haiti deixou de ser uma prioridade para o MSF, pois o país já não é uma emergência, e assim a ONG decidiu fechar o centro de traumatologia. Isso gerou uma grande insatisfação por parte do governo haitiano e da população do país, pois ficou a impressão de que as organizações internacionais chegam

---

<sup>12</sup> Disponível em <<https://www.thenewhumanitarian.org/news-feature/2020/1/13/Haiti-insecurity-famine-malnutrition-health-aid-displacement-protests>>

e vão embora quando querem, sem uma negociação com o governo local ou uma estratégia de saída. Também houve críticas duras por parte da comunidade internacional em relação à decisão do MSF de fechar as operações do hospital de traumas no Haiti.

Assim, em vista da pressão e das crescentes críticas, em novembro de 2019, a organização concluiu que a decisão foi um erro e reabriu o centro de trauma. No entanto, muitas pessoas que trabalhavam no local antes e que já estavam treinadas foram perdidas durante o processo. Equipamentos também foram perdidos no período. A reabertura do centro demandou um investimento alto do MSF e, mesmo assim, o centro ainda não é o mesmo de antes do fechamento, e a reputação da ONG ainda não está totalmente recuperada.

A redução da participação dos principais parceiros do Haiti em projetos relacionados ao fortalecimento do sistema de saúde no país, como o caso do MSF relatado, é uma grande preocupação para os agentes da saúde. Outro grande motivo de inquietação se refere às restrições orçamentárias, pois dificilmente o governo haitiano conseguirá, em curto ou médio prazo, assumir os custos do sistema. Logo, ao invés da “apropriação” dos projetos vigentes, o que ocorre é um aumento das demandas haitianas por assistência (Brasil, 2019: p. 17).

### **3.2 Projetos Brasileiros na Área de Saúde no Haiti**

Em 2010, 47,4% dos gastos do Brasil com cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional foram destinados ao Haiti (IPEA, 2013). A Cooperação Tripartite Brasil-Cuba-Haiti é a maior cooperação internacional desenvolvida pelo Brasil na área da saúde. A ajuda brasileira nessa área depois do terremoto de 2010 foi possível graças ao Crédito Extraordinário regulamentado pela Lei n.º 12.239, de 19 de maio de 2010, como parte do crédito especial para apoio humanitário ao Haiti, e utilizou recursos no valor de US\$ 51.596.245,23, por meio do Projeto BRA 10/005 – Projeto Sul-Sul de Fortalecimento do MSPP, iniciado em 2010 (e com duração de oito anos) que contemplou, de forma geral, três etapas: Resposta ao desastre (doação de alimentos, equipamentos e insumos médico-hospitalares); Cooperação Técnica em contexto de



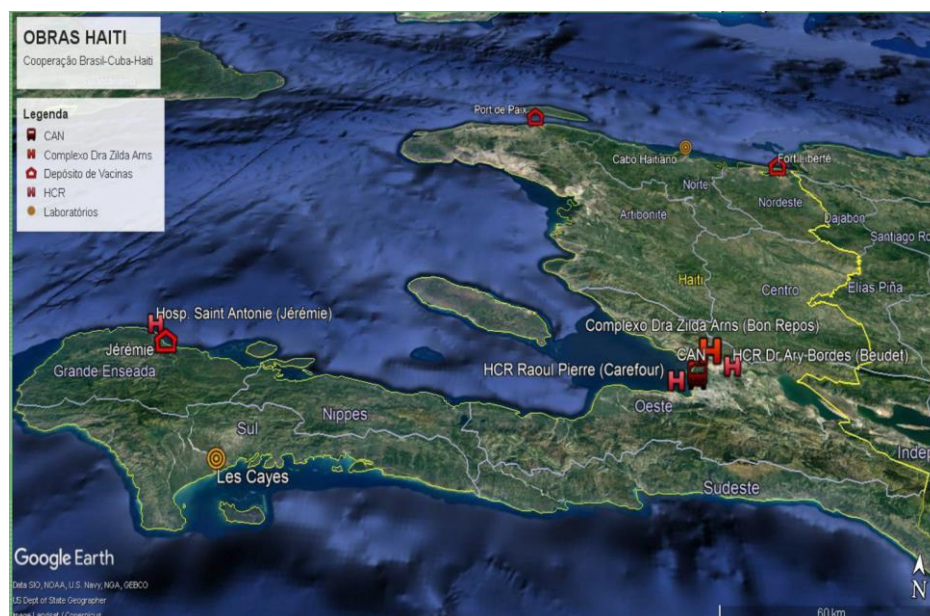
reconstrução (fortalecimento da infraestrutura e formação de pessoal); e Apropriação pelo país (plano de transição com participação de múltiplos atores, avaliação e aplicação dos aprendizados). Esse projeto contou com a colaboração de Cuba, uma vez que a cooperação entre Haiti, Brasil e Cuba fez parte do fortalecimento do sistema de saúde haitiano.

Essa cooperação foi formalizada em março de 2010, quando foi assinada a primeira ata do Comitê de Gestão do Programa Tripartite, em virtude, principalmente, da longa história de cooperação já existente entre o Haiti e Cuba. Nesse sentido, esse comitê se refere, essencialmente, ao “Plano de Ação para a Recuperação e Desenvolvimento do Haiti” e ao “Plano Interino do Setor de Saúde”, elaborado pelo Ministério Haitiano de Saúde Pública e População (MSPP) (Brasil, 2010).

Para que o referido projeto alcançasse seu principal objetivo – o fortalecimento do sistema de saúde no Haiti –, 11 estruturas do país foram construídas e reformadas. São as seguintes: três Hospitais Comunitários de Referência (HCR), nas regiões de Bon Repos, Beudet e Carrefour; um Instituto Haitiano de Reabilitação (IHR); uma Unidade de Tratamento Intensivo; três depósitos de vacinas; dois laboratórios de análises; e, ainda, a estruturação de um Centro de Ambulância Nacional (CAN).

A localização dos 3 HCRs (Zilda Arns, Raoul Pierre e Ary Bordes), laboratórios, CAN e depósitos de vacinas construídos por meio do Projeto BRA 10/005 pode ser vista na Figura 4.

Figura 4 – Localização dos três Hospitais Comunitários de Referência, laboratórios, Centro de Ambulância Nacional e depósitos de vacinas



Fonte: Relatório do Ministério da Saúde (Brasil, 2018).

De acordo com o Ministério da Saúde (Brasil, 2018), os três hospitais comunitários estão equipados para atendimentos de urgência e emergência. Com 50 leitos para internações adulto/infantil, cada um deles oferece atendimentos em diferentes especialidades, exames clínicos e diagnósticos por imagem. O projeto também doou mais de 30 veículos (ambulâncias, caminhões refrigerados e ônibus) e, também por meio do projeto, 8 milhões de doses de vacinas foram doadas ao país. Em 2018, o Haiti já realizava mais de 100 mil consultas médicas por ano, resultado alcançado por meio da Cooperação Tripartite Brasil-Cuba-Haiti, iniciada em 2010. Os US\$ 50 milhões disponibilizados pelo governo brasileiro foram investidos na formação de profissionais, construção/reforma de estruturas para atendimento de saúde no Haiti, além de apoio financeiro para sua manutenção e funcionamento, durante a vigência da cooperação (Projeto BRA 10/005 e atualmente, Projeto BRA 17/018) (Brasil, 2018).

Em 2014, os três hospitais foram formalmente entregues ao governo do Haiti por meio de termos de transferência oficial dos bens desses equipamentos. No entanto, foi verificada a necessidade de elaboração de um plano de manutenção cuja vigência foi sendo prorrogada, tendo em vista as dificuldades orçamentárias do MSPP. Pensando na sustentabilidade dos resultados do Projeto BRA 10/005, foi então assinado o Projeto BRA 17/018 – Fortalecimento da Gestão dos Serviços e do Sistema de Saúde do Haiti

utilizando o saldo do FRH, no valor de US\$ 20 milhões, para dar continuidade à cooperação. Esse projeto tem como estratégia principal o fortalecimento da gestão dos serviços e do sistema de saúde no Haiti e o desenvolvimento e implementação de um plano para a transferência gradual da gestão dos serviços de saúde da Cooperação Tripartite, com o objetivo de garantir sua sustentabilidade e a preservação de suas estruturas por parte do governo haitiano (PNUD, 2017 & Brasil, 2017).

A saída de um projeto de cooperação internacional requer tempo e acompanhamento bastante próximo de todos os atores envolvidos, pois a descontinuidade dos serviços prestados por meio de um projeto pode trazer grandes prejuízos para a população. Nesse sentido, a progressiva apropriação dos resultados do projeto, a manutenção das unidades de saúde construídas e reformadas e a contratação dos agentes comunitários polivalentes e dos técnicos formados pelo projeto são as principais preocupações com relação à sustentabilidade, pois, ainda hoje, tanto os hospitais quanto o Instituto de Reabilitação são mantidos com os recursos do FRH.

Pode ser destacada, como exemplo, a região de Bon Repos, na qual o Hospital Zilda Arns foi construído. Antes do terremoto essa região não existia, começou a ser habitada pelas pessoas que perderam suas casas e se deslocaram para diversos pontos da cidade. Em 2015, quando o hospital iniciou suas atividades, 62.480 pessoas moravam em Bon Repos; em 2019, já são mais de 300 mil habitantes que contam com os serviços do hospital.

Figura 5 – Foto aérea da região de Bom Repos, em 2015

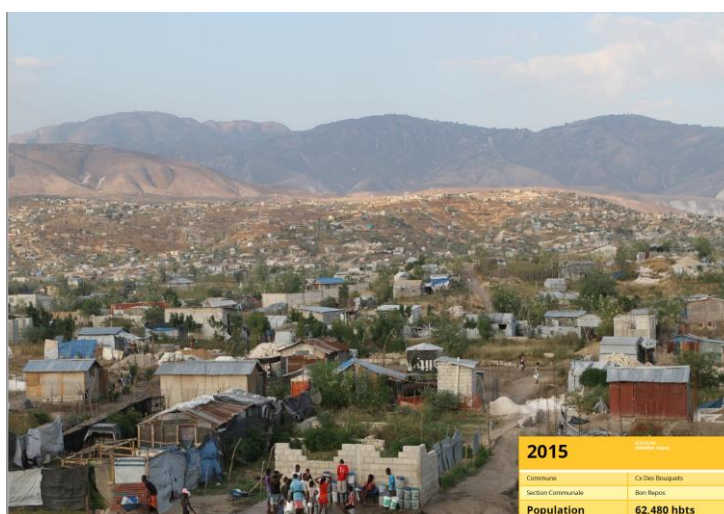


Figura 6 – Foto aérea da região de Bon Repos, Porto Príncipe, em 2019



Figura 7 – Foto da sala de espera do Hospital Zilda Arns, em Bon Repos, Porto Príncipe



Fonte: Relatório de Progresso (UNOPS, 2020).

Segundo o assessor do Ministério da Saúde e da População (MSPP) do Haiti, Jean Henrys, a cooperação com o Brasil é exemplar, pois foi desenhada desde o início levando em consideração as prioridades do governo e a cultura local. A decisão dos locais de implantação dos hospitais, por exemplo, foi estratégica e pensada em conjunto, com o objetivo de permitir a divisão das demandas de atendimentos no país (Ata da I reunião do Comitê Gestor Tripartite).

As novas unidades de referência de saúde foram distribuídas, estrategicamente, na zona norte, sul, e em outras áreas distantes da capital, como na comunidade de Jeremie, que fica a 300 quilômetros de Porto Príncipe. Ainda segundo Henrys, a flexibilidade do

plano de trabalho é o maior diferencial, uma vez que as prioridades estão sempre mudando, e o projeto precisa ir se adequando às necessidades do país, para não ficar defasado ou obsoleto. Mas essa flexibilidade também traz problemas, pois atrasa o cronograma, gera mais custos e pode fazer com que o projeto perca o foco e se transforme em um “apagador de incêndios”. Henrys destaca que

(...) a cooperação foi muito importante para o país, principalmente no ano de 2010, quando aconteceu o terremoto. Ela deu atenção às necessidades do povo haitiano e garantiu toda a flexibilidade necessária para lidar com os problemas que possui, tanto os sociais como os causados pela natureza. Uma lição de humanidade (ABC & Ministério da Saúde, s.d.).

A cooperação também trabalha na formação de profissionais de saúde. No total, 1.126 agentes de saúde, 53 inspetores e 276 auxiliares de enfermagem participaram de cursos e/ou formações e atualmente fazem parte do quadro de colaboradores do Ministério da Saúde e da População do Haiti. Os cursos continuam sendo oferecidos, e médicos continuam sendo especializados visando garantir atendimentos de urgência e emergência de qualidade (Brasil, 2018).

### 3.3 Sobre Lições Aprendidas e Motivos de Fracassos da Cooperação

*“A ajuda é violenta, cega, prepotente. Um monstro paternalista que varre tudo o que encontra pela frente. Ela faz de conta resolver os problemas que, de fato, ela mantém e agrava” (Raoul Peck).*

De acordo com Adriana (SANTIAGO, 2013: p.182), a triste situação social haitiana também se deve à ajuda humanitária, o país ainda hoje é uma das principais fontes de recursos de centenas de ONGs que atuam por lá há décadas sem, contudo, melhorar a situação da população de forma efetiva. As ONGs assumem serviços de competência do Estado e, muitas vezes, têm orçamento maior do que a própria instituição que deveria regulá-la. Na maioria dos casos, não há coordenação ou regulação das suas ações. Existem denúncias relacionadas ao desvio ou à má aplicação de verbas, e são comuns as críticas aos trabalhos realizados sem busca de interesse público e ao fato de



que, por vezes, estariam dando mais enfoque na sua própria manutenção, uma vez que o país acabou virando sua razão de existir, do que na autonomia e na melhoria da qualidade de vida do povo haitiano. Ou, como já mencionado, por não terem uma estratégia mais personalizada, com enfoque na realidade local, na cultura e, principalmente, na capacidade de absorção, por parte do governo, das estruturas montadas, com o intuito de tentar garantir a sustentabilidade das suas ações.

Críticos dizem que as ONGs colocaram o Haiti em uma situação complicada: construindo um estado paralelo que é mais poderoso que o próprio governo do Haiti. “O sistema como está garante seu fracasso”, diz Laura Zenotti, cientista política da Virginia Tech University que estudou ONGs no Haiti. As ONGs, por outro lado, dizem que, logo depois de ocorrido o terremoto, poderiam ter feito um trabalho melhor, mas a urgência era salvar vidas e tinham que optar por tomar ações baseadas no que estavam vendo em campo ou dialogar mais fortemente com o MSPP, assim, optaram por salvar vidas. Para que as ações das ONGs sejam mais certas e consistentes, seria necessário que elas se coordenassem e que traçassem, com o governo haitiano, o seu fortalecimento institucional e um plano de reconstrução que tentasse garantir, de alguma forma, a sustentabilidade dos projetos.

Bill Clinton foi um dos atores internacionais mais importantes no Haiti, foi o país em que colocou o maior esforço de sua ação internacional. Mas o próprio Clinton expressou, publicamente, dúvidas sobre os resultados das suas ações no Haiti, reconhecendo que nem sempre agiu em defesa dos interesses puramente haitianos:

Desde 1981, os Estados Unidos seguem uma política até o ano passado, começamos a repensar sobre isso, segundo a qual nós, os países ricos que produzem muita comida, deveríamos vendê-la aos países pobres e aliviá-los do ônus de produzirem seus próprios alimentos, de forma que, graças à benevolência, possam saltar diretamente à era industrial. Mas isso não funcionou. Deve ter sido boa para alguns dos meus fazendeiros do Arkansas, mas não funcionou. Foi um erro. Foi um erro do qual tomei parte também. Não estou apontando o dedo para ninguém. Eu fiz isso. Tenho vivido todos os dias com as consequências da perda da capacidade de produzir uma safra de arroz no Haiti para alimentar aquelas pessoas, porque eu o fiz. Ninguém mais. (10 de março de 2010, em depoimento à Comissão de Relações Exteriores do Senado dos Estados Unidos)<sup>13</sup> (Clinton, 2016).

O erro poderia ter sido resolvido rapidamente, no entanto, quando René Préval, presidente do Haiti, solicitou, logo depois do terremoto, que os Estados Unidos substituíssem as doações em alimentos por recursos financeiros, fomentando assim a

---

<sup>13</sup> O depoimento pode ser visto em <<https://vimeo.com/154595060>>.

economia haitiana e fazendo com que a população consumisse produtos locais, o governo norte-americano negou, e a agricultura haitiana não progrediu. Essa estratégia dos Estados Unidos fez do Haiti um dos seus maiores clientes para a exportação de arroz, base de sua alimentação. De acordo com Adriana Santiago em seu livro “Haiti por si”, na década de 70, o país era autossuficiente em cereais, hoje cerca de 80% do mercado nacional de arroz é importado dos Estados Unidos e o Haiti vive em permanente crise de desabastecimento.

Esse é um dos exemplos que podem ser citados para demonstrar os motivos de a cooperação internacional no Haiti, apesar de todo o recurso investido, não ter os resultados esperados. Cada doador pensa em uma ação que possa ajudar os haitianos, mas que também possa beneficiar seus próprios interesses e esses vêm em primeiro lugar.

Outro ponto do fracasso da cooperação internacional foi a desorganização completa das ONGs que invadiram o Haiti logo depois do terremoto. Bourjolly, um dos 12 haitianos nomeados para fazer parte da CIRH ao lado dos doadores que haviam comprometido US\$ 100 milhões ou mais para a reconstrução do Haiti, menciona, em seu livro, “*Haiti: un pays à développer*”, “Haiti: um país a ser desembaraçado”, que a comissão e seus dois copresidentes – Bill Clinton e o primeiro-ministro haitiano Jean-Max Bellerive – falharam porque não cumpriram sua missão principal: planejar e coordenar a recuperação depois que o terremoto deixou, segundo ele, 316 mil mortos, 1,5 milhão de desabrigados e um número igual de feridos. Segundo o autor, os problemas eram muitos e era necessário estabelecer prioridades. Como o governo não definiu suas necessidades, os doadores continuaram a promover seus próprios projetos, de acordo com suas próprias prioridades. Pode-se inferir, aqui, que a baixa institucionalização do Estado e sua pouca capacidade técnica vão sendo evidenciados como um dos principais problemas da cooperação.

O Haiti é um dos exemplos mais extremos do mundo de um país que precisa da ajuda da comunidade internacional, mas, ao mesmo tempo, de acordo com críticos, sofre com as consequências dessa ajuda, pois acabou criando um círculo vicioso: o governo não tem dinheiro nem a habilidade necessária para fornecer serviços sociais, logo, esses serviços, são fornecidos por ONGs, e o governo acaba ficando dependente dessa ajuda e sem incentivos para melhorar. O país ficou conhecido como “a República das ONGs” – que variam de gigantes internacionais como Save the Children, Catholic Relief Services

e Médicos Sem Fronteiras a uma infinidade de igrejas evangélicas dos EUA, que ajudam uma escola ou uma igreja haitiana de cada vez. Os grupos de ajuda humanitária fornecem quatro quintos dos serviços sociais do país, de acordo com uma análise de 2006 da Academia Nacional de Administração Pública de Washington, um grupo de especialistas em gestão, apartidário e constituído por congressistas. O mundo internacional de ONGs, Organismos Internacionais e Embaixadas é um mundo à parte do resto do Haiti, baseado em mansões alugadas no subúrbio afluyente de Pétienville, em Porto Príncipe. Por lá, diversos veículos utilitários esportivos com iniciais estampadas das organizações estão sempre em movimento.

Não dá para negar que as ONGs salvaram e continuam salvando milhares de vidas, mas a grande preocupação do governo haitiano e de todos que estudam o país é se essas ações podem melhorar as perspectivas de longo prazo do Haiti. A vida de milhões de haitianos melhorou muito pouco ao longo das décadas. Em termos de desenvolvimento econômico, o Haiti ocupa a 149.<sup>a</sup> posição – um pouco à frente do Sudão – dos 182 países rastreados pela ONU. O orçamento anual da saúde pública, no Haiti, é de aproximadamente 5% do orçamento nacional, 95% dos quais são utilizados para pagar salário de pessoal. A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima em 15% a parcela mínima que um Estado deve repassar ao seu sistema de saúde, conforme artigo publicado no jornal *Le Nouvelliste*<sup>14</sup>. Como comparação, de acordo com artigo escrito por Jose de Cordoba (2010) – *Aid Spawns Backlash in Haiti*, *The Wall Street Journal*<sup>15</sup>, a ONG MSF levantou US\$ 100 milhões para seu programa no Haiti, depois do terremoto. A Cruz Vermelha levantou US\$ 816 milhões. Como manter, então, todos os equipamentos deixados pelas ONGs no país se não há recursos no governo?

São muitos os exemplos de projetos que fracassaram depois da saída da parceria internacional, por vários fatores: um desenho fraco do projeto; falta de planejamento, apropriação; falta de monitoramento; ou falta de recursos e habilidade para manter o equipamento funcionando. Também é necessário realizar a avaliação de meio termo para uma análise dos processos e dos resultados alcançados e para a correção de rumo, se isso for necessário, e a avaliação final dos projetos, para poder identificar os motivos de

---

<sup>14</sup> Le Nouvelliste. (2018). *Budget Rectificatif: La Santé Toujours en Perte de Poids*. [Em linha]. Disponível em <<https://lenouvelliste.com/article/192911/budget-rectificatif-la-sante-toujours-en-perde-de-poids>>.

<sup>15</sup> Córdoba, J. (2010). *Aid Spawns Backlash in Haiti*. [Em linha]. Disponível em <<https://www.wsj.com/articles/SB10001424052702304023804575566743115456322>>.



sucesso ou fracasso na implementação e utilizá-los como lições aprendidas nos próximos projetos a serem executados no país ou em contextos similares.

Um exemplo de falta de apropriação haitiana de projetos, programas e ações conduzidas pela cooperação internacional ocorreu em um projeto na área de direitos humanos mantidos pela OEA, durante a década de 90, que foi relatado no livro “Haiti: Dilemas e Fracassos Internacionais”, escrito por um dos maiores especialistas em Haiti, Ricardo Seitenfus (2014). Esse projeto previa o cadastramento dos detidos na prisão de Porto Príncipe, que, até então, era feito manualmente. Depois de três anos de trabalho sob o comando de uma gerente de projetos, uma equipe informatizou o sistema prisional. Os carcereiros receberam equipamentos de informática e treinamento adequado, permitindo o controle de fluxo de prisioneiros.

Depois de instalado o sistema e funcionando perfeitamente, a gerente de projetos foi afastada para trabalhar em outra missão fora do Haiti. Quando retornou, depois de apenas quatro meses de ausência, constatou que o sistema não havia sido alimentado durante esse período. Decepcionada e pensando ter havido alguma falha no sistema, no treinamento oferecido aos carcereiros ou em algum problema técnico, questionou os funcionários e a direção da prisão sobre o motivo de não ter havido nenhum registro no sistema durante sua ausência. Foi então informada que não colocaram o sistema para funcionar, pois pensavam que ela não retornaria ao Haiti.

Já o hospital La Providence, em Gonaïves, financiado pelo Canadá ao custo de US\$ 30 milhões, é um exemplo de fracasso, por falta de planejamento, recursos e habilidades para manter equipamentos públicos funcionando.

Em novembro de 2014, o hospital foi inaugurado para ser um Centro de Referência, financiado pela Agência Canadense de Desenvolvimento por intermédio do Escritório das Nações Unidas para Serviços de Suporte a Projetos (UNOPS). Foi construído em Morne Blanc, em Gonaïves, longe do centro, o que dificulta o acesso. Um investimento canadense de, aproximadamente, US\$ 30 milhões na construção, equipamentos e implementação de um programa de apoio à gestão hospitalar.

Com uma área de 10.380 m<sup>2</sup> e capacidade para 200 leitos, esse centro hospitalar foi dedicado ao atendimento de mães e filhos. Inclui, entre outros: quatro blocos hospitalares, um bloco cirúrgico, uma maternidade, uma unidade de terapia intensiva, especialmente para recém-nascidos, um pronto-socorro, um laboratório e uma farmácia, entre outros.

Um relatório independente encomendado pela Global Affairs Canada, a Avaliação Sumativa do Projeto de Construção do Hospital Departamental Artibonite (Baastel Consulting Group, s.d.) mostra que, dois anos e meio depois de inaugurado o hospital, os resultados desse projeto financiado pelo Canadá são embaraçosos. O estabelecimento está envolvido em uma série de problemas de gestão, falta de pessoal, equipamento, acesso aos cuidados e corrupção.

Segundo esse relatório, conforme declaração da Ministra de Desenvolvimento Internacional do Canadá, Marie-Claude Bibeau, o acordo era que o Canadá construiria a infraestrutura, e o governo haitiano assumiria a administração desse hospital. Mas, como poderia ter sido previsto, o governo haitiano não conseguiu cumprir a sua parte do acordo, e o Canadá, então, para tentar manter os serviços funcionando adequadamente, assinou um novo projeto para ajudar na gestão do hospital, de 2015 a 2017. No entanto, no outono de 2016, apenas um terço dos serviços do estabelecimento estavam funcionando regularmente.

O documento afirma que, pelo menos, 270 funcionários adicionais precisariam ser contratados em serviços clínicos, administrativos e de suporte para operar em 100 leitos. Isso não inclui o déficit de 41 médicos, incluindo 37 especialistas.

Seguem exemplos de problemas relatados no relatório:

- acomodação inadequada em termos de higiene, prevenção de infecções e segurança do paciente;
- equipamentos avariados por falta de pessoal e conhecimento para operá-los e fazer sua manutenção;
- a ausência de um núcleo sólido de gerentes competentes;

- a ausência de um orçamento operacional e de manutenção;
- corrupção endêmica, apoiada pela interferência de políticos influentes.

O relatório alega ainda que o projeto teve um Memorando de Entendimento falho, falta de responsabilização, programa de construção ambicioso demais para o orçamento disponível, entre outros.

Ainda de acordo com a Avaliação Sumativa do Projeto de Construção do Hospital Departamental Artibonite (Baastel Consulting Group, s.d.), a Ministra do Desenvolvimento Internacional atribui os problemas a “desafios sistêmicos do setor da saúde no Haiti” e estimula o governo do Haiti “a aumentar o financiamento da saúde para adotar uma estratégia nacional realista e sustentável para enfrentar os desafios neste setor”. A verdade é que, sem o apoio do Canadá, o grande medo é que a instituição e os pacientes sejam deixados por conta própria. Lucien Albert, diretor do projeto na UTI, Unidade Internacional de Saúde, na Universidade de Montreal, afirma que a ausência de supervisão em longo prazo pode ter consequências “para os pacientes, para sua saúde e até mesmo para suas vidas” (Baastel Consulting Group, s.d.). Esse mesmo relatório independente alertou que o abandono desse programa “resultaria na perda da maior parte do investimento”, além de “ser muito arriscado para a reputação do Canadá”. O gabinete da ministra Bibeau, no entanto, diz que não irá abandonar o hospital. A instalação receberá “apoio especial”, por meio de um programa da Organização Pan-Americana da Saúde, para o qual o Canadá contribuirá com, aproximadamente, US\$ 39,8 milhões até 2021.

Lucien Albert acredita que essa fórmula não irá resolver o problema do hospital La Providence, em Gonaïves, já que o dinheiro está direcionado a cerca de 30 hospitais no Haiti. Se não houver mudanças nessa dinâmica, a capacidade do hospital em cumprir sua missão está destinada não só a desacelerar como a uma irreversível deterioração. Albert acredita que a única solução é o suporte em longo prazo no campo, “por cinco ou dez anos”.

O hospital é hoje conhecido como um “elefante branco”, e, por causa desse fracasso, o governo canadense está revendo toda a sua abordagem com o Haiti, particularmente no setor da saúde.

## CAPÍTULO IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS

*A maioria das pessoas estraga suas vidas por um altruísmo doentio e exagerado – é forçada, de fato, a estragá-las. Eles se veem cercados por uma pobreza hedionda, por uma feiura horrenda, por uma fome horrenda. É inevitável que eles sejam fortemente movidos por tudo isso... Por conseguinte, com intenções admiráveis, embora equivocadas, eles se dedicam muito e sentimentalmente à tarefa de remediar os males que veem. Mas seus remédios não curam a doença: eles apenas a prolongam. De fato, seus remédios fazem parte da doença. Mas essa não é a solução: é um agravamento da dificuldade. O objetivo adequado é tentar reconstruir a sociedade de tal maneira que a pobreza seja impossível”*  
(The Soul of Man under Socialism, Wilde, 2010: p. 3).

Com o estudo foi possível constatar que a preocupação com a sustentabilidade tem que existir desde a concepção de um projeto, as atividades têm que ser desenvolvidas visando ao longo prazo. Trabalhar com as necessidades do presente, pensando nas formas de preservação da sobrevivência futura da atividade são ações essenciais para que o projeto tenha a possibilidade de permanecer ativo depois da saída da cooperação. O desenho do projeto tem que ser condizente com a situação real do país, não dá para construir uma excelente infraestrutura, com os padrões mais modernos e os equipamentos com tecnologia de ponta, sem pensar antes se uma estrutura desse porte poderá ser mantida pelo governo local. O trabalho em conjunto com representantes do governo e da população local também é fundamental.

Além disso, a análise apontou que estudar o país no qual se aportarão os recursos e conhecer sua cultura e seu orçamento são ações fundamentais para se tentar garantir um desenvolvimento sustentável.

Foi apresentado um exemplo de como a cooperação pode dar errado, por mais bem-intencionada que seja, quando são levadas em consideração apenas as ideias e os projetos do doador: a construção do hospital canadense La Providence, um investimento

milionário que, hoje, está praticamente perdido, funcionando com apenas 30% de sua capacidade.

Em relação à participação do Brasil, o governo brasileiro, ciente desse desafio, está tentando fazer diferente: o Projeto BRA 10/005 foi delineado com o MSPP desde o início, num trabalho conjunto; a localização dos hospitais foi definida pelos haitianos, o tamanho dos hospitais foi dimensionado pensando na capacidade de absorção do governo e, mesmo assim, devido à impossibilidade do MSPP de absorver os custos para a manutenção dos hospitais, foi elaborado um novo projeto, o BRA 17/018, que tem por objetivo principal a continuidade do processo de manutenção e a transferência gradativa dos hospitais ao governo haitiano. Isso vem sendo conduzido por meio da formação de um comitê de transição com a participação de representantes do governo local, dos hospitais, da UNOPS e da OPAS, que se reúnem a cada 15 dias para falar dos resultados do Projeto, desafios e próximas etapas. O projeto foca também na capacitação dos agentes comunitários de saúde, que está sendo realizada por meio de acordo firmado com a OPAS.

Mesmo com todas essas ações, já é perceptível que, se o Brasil sair totalmente do Haiti depois do término do projeto, no fim de 2020, a probabilidade de os 3 HCRs perderem parte de suas funcionalidades é grande. Isso porque, como o orçamento para a saúde é muito baixo, mesmo com todas as precauções tomadas desde o desenho inicial do projeto, o governo ainda não tem condições de arcar com os custos de manutenção desses hospitais. Para evitar que isso ocorra, diversas reuniões estão sendo realizadas com o embaixador do Brasil no Haiti, MSPP, ABC, PNUD e com o Ministério da Saúde brasileiro, com o intuito de encontrar uma solução para que todos os esforços e recursos despendidos nos últimos dez anos não se percam depois do término do projeto. Hoje, de acordo com informações da UNOPS, cada hospital gasta US\$ 78 mil por ano com manutenção – não foram contabilizados nesse valor os custos com salário dos funcionários, uma vez que esses já foram absorvidos pelo governo.

Segundo a versão oficial, o Brasil atua na concepção de que a paz, para ser sustentável, requer compromisso em longo prazo e ações sustentadas na base segurança/reconciliação e política/desenvolvimento. Esse é o paradigma da cooperação internacional para a solução de conflitos que, na visão brasileira, deve orientar a Comunidade Internacional. O compromisso deve ser de longo prazo e, depois da fase

inicial, em que a força é crucial em uma missão de paz, devem ser atacadas as causas mais significativas das crises, normalmente relacionadas à pobreza, às desigualdades, e também à fragilidade institucional (Brasil, 2007).

No Haiti, essa segunda fase precisa ser colocada em prática o quanto antes, unindo todos os esforços da Comunidade Internacional em uma operação coordenada, pois a vulnerabilidade social e a fragilidade do Estado continuam sendo as principais características do país. Isso, mesmo depois de mais de 10 anos de atividade das centenas de ONGs e dos organismos internacionais espalhados pelo país.

Feitas todas essas ponderações, é possível notar, neste estudo, que o mais importante, quando se fala de Haiti, é fortalecer a capacidade de gestão pública do Estado haitiano. A estratégia de se repassar todo o recurso doado pelos países para as ONGs e organismos internacionais certamente foi pensada por causa da escassa capacidade administrativa do país e a possibilidade, portanto, de esse recurso ser utilizado indevidamente. No entanto, essa estratégia pode ser vista como um dos motivos do Haiti de, até hoje, depender da ajuda internacional, pois, além de impedir o fortalecimento institucional do país, retirou do Haiti sua autonomia financeira.

O que se pode concluir do estudo é que o Haiti, um país que, no século XIX, espantou o mundo quando se tornou a primeira república negra independente vencendo a luta contra o colonialismo e a escravidão, se tornou um país não só dependente da ajuda internacional, como também um país que se acostumou com as intromissões da Comunidade Internacional em assuntos internos e passou a procurar e a contar com essa interferência para resolver todos os seus problemas. As ONGs foram tomando conta do país, se envolvendo em todos os tipos de atividades com sua filosofia assistencialista. Seitenfus (2014) alega que o Haiti não é um Estado falido e sim um quase Estado. Somente sobrevive graças à caridade de uma parte da Comunidade Internacional, que abastece o país com numerosos serviços básicos que deveriam ser de responsabilidade pública.

Qual seria, então, a solução, em longo prazo, para esse país? Qual o papel da Cooperação Internacional nesse contexto? Capacitação de sua população? Investimento no desenvolvimento do país? Investimento na educação, saúde e agricultura? Já foi

demonstrado neste estudo que tudo isso se perde com a saída das instituições, uma vez que o governo não tem condições de manter esses projetos funcionando. Perdem-se também as capacidades geradas, pois os profissionais vão embora, em busca de uma vida melhor. O país também não atrai investidores internacionais devido à fragilidade jurídica. Seria necessária uma reforma total e, para isso, deveria haver uma coordenação estrita entre o governo, ONGs e organismos internacionais para a criação de um plano de longo prazo, sem duplicação de trabalho e/ou interesses paralelos.

A ajuda internacional, praticada do modo convencional, causa dependência, ao invés de favorecer a autonomia. É necessário envidar esforços para colocar o governo e a sociedade haitiana em todas as etapas das propostas e projetos que chegam ao país, para que o Haiti tenha a chance de apropriar-se e andar com suas próprias pernas.

É preciso esquecer um pouco as vontades unilaterais, as estratégias bilaterais e a ideia de que, no Haiti, o auxílio internacional é melhor do que o público. É preciso dar às autoridades locais o papel principal nas ações de reconstrução de seu país. A solidariedade internacional precisa reconhecer que suas ações, até o momento, não deram o resultado esperado. Então, está na hora de mudar sua forma de agir. A CTI precisa ser ágil e eficaz, precisa conhecer a história do país e seus complexos desafios, precisa se organizar e trabalhar em conjunto com os mais diversos atores, para que se obtenham eficiência e resultados sustentáveis. O ex-presidente do Uruguai, José Mujica, quando anunciou a retirada de soldados uruguaios do Haiti, reconheceu que: “Se em 10 anos não podemos resolver essas questões, evidentemente nos parece que o caminho tem que ser outro”<sup>16</sup>.

Se, em décadas de exaustiva luta pela democracia, pela melhoria de vida da população haitiana, ainda não foram alcançados os resultados esperados, faz-se urgente rever a estratégia, mudar os princípios da cooperação e começar novamente. Da forma como está, dificilmente o país se recuperará e a grande questão é, até quando a CI conseguirá manter a ajuda no país? Até quando terá interesse em permanecer no Haiti? E caso haja outro grande desastre no mundo e as atenções tenham que ser enviadas a outro ponto do globo, o que ocorrerá com o Haiti?

---

<sup>16</sup> Disponível em <<https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/32444/mujica-anuncia-retirada-de-soldados-uruguaios-no-haiti>>.

Ao longo do estudo, foram demonstrados os maiores problemas encontrados na cooperação internacional no Haiti e apontadas algumas ideias do que poderia ser feito para se obter uma maior efetividade de suas ações, buscando, assim, garantir a sua sustentabilidade. Em contextos frágeis, é necessário garantir, em primeiro lugar, um compromisso contínuo e de longo prazo; é importante também haver uma coordenação estrita entre o governo, ONGs e organismos internacionais para a criação de um plano de longo prazo, sem duplicação de trabalho e/ou interesses paralelos. Tem que haver, no planejamento e na execução, uma flexibilidade e abertura para a improvisação ou exploração de certas oportunidades, sempre buscando manter o foco, para que não se perca o objetivo principal do projeto.

Os profissionais da Comunidade Internacional têm a responsabilidade de ouvir todos os grupos beneficiários, entender sua história, sua cultura e a realidade em que vivem. Envolvê-los, desde o início, para que as capacidades sejam desenvolvidas e a institucionalidade do país seja fortalecida; a população precisa ser educada, ou não se tem uma melhoria efetiva. Fortalecendo a capacidade de gestão pública do Haiti, garantindo a participação da população – levando em consideração seus conhecimentos e desenvolvendo suas habilidades durante a implementação –, há uma real transferência de conhecimento e, com isso, a possibilidade de transferência das responsabilidades até que se possa sair, deixando de fato um país mais preparado.



## REFERÊNCIAS

ABC e Ministério da Saúde. (s.d.). *Cooperação com o Haiti é Tema de Documentário*. [Em linha]. Disponível em <<http://www.abc.gov.br/imprensa/mostrarconteudo/1075>>. [Consultado em 16/9/2019].

ABC. (2005). *Haiti: Cooperação para Reconstrução e Desenvolvimento*. [Em linha]. Disponível em <[http://www.abc.gov.br/intranet/Sistemas\\_ABC/siteabc/documentos/ViaABC12.pdf](http://www.abc.gov.br/intranet/Sistemas_ABC/siteabc/documentos/ViaABC12.pdf)>. [Consultado em 16/9/2019].

ABC. (2013). Manual de Gestão da Cooperação Técnica Sul-Sul. [Em linha]. Disponível em <[http://www.abc.gov.br/Content/ABC/docs/Manual\\_SulSul\\_v4.pdf](http://www.abc.gov.br/Content/ABC/docs/Manual_SulSul_v4.pdf)>. [Consultado em 16/9/2019].

ABC. (s.d.). Agência Brasileira de Cooperação. Ministério das Relações Exteriores. *Haiti*. [Em linha]. Disponível em <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Haiti>>. [Consultado em 20/09/2019].

Adam, B., Beck, U. & Van Loon, J. (Eds.). (2000). *The risk society and beyond. Critical issues for social theory*. Londres, Sage Publications.

Agência Nacional de Vigilância Sanitária e Cooperação Sul-Sul em Saúde no Haiti. (2010). *Avaliação dos Projetos da Cooperação Técnica: ANVISA – OPAS/OMS: 2005-2010*. Brasília, DF: Organização Pan-Americana da Saúde.

Almeida, F. (s.d.). *O Bom Negócio da Sustentabilidade*. [Em linha]. Disponível em <<http://www.fernandoalmeida.com.br/livros/livro-fernando-almeida-sustentabilidade.pdf>>. [Consultado em 08/02/2020].

Altenfelder, R. (2014) Desenvolvimento sustentável. *Gazeta Mercantil*, A3(6).

Araújo, G. C. e Mendonça, P. S. M. (2009). Análise do processo de implantação das normas de sustentabilidade empresarial. [Em linha]. Disponível em

<[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1678-69712009000200003&script=sci\\_arttext&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1678-69712009000200003&script=sci_arttext&tlng=pt)>. [Consultado em 12/10/2019].

Araújo, G. e Bueno, M. (2009). Um estudo sobre a sustentabilidade empresarial na agroindústria frigorífica. *Revista Ibero-Americana de Estratégia*, 7(2), pp. 147-154.

Associated Press. (2019). Haiti Tem Novo Dia de Protestos Violentos contra Presidente Após Morte de Jornalista. *GI Mundo*. [Em linha]. Disponível em <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/10/11/haiti-tem-novo-dia-de-protestos-violentos-contra-presidente-apos-morte-de-jornalista.ghtml>>. [Consultado em 16/01/2020].

Baastel Consulting Group (s.d.) *Avaliação Sumativa do Projeto de Construção do Hospital Departamental Artibonite (PCHPG)*. [Em linha]. Disponível em <<https://ici.radio-canada.ca/nouvelle/1044063/hopital-la-providence-elephant-blanc-canada-haiti-gonaives>>. [Consultado em 26/01/2020].

Beck, U. (2013). *Sociedade de Risco. Rumo a Uma Outra Modernidade*. São Paulo, Editora 34.

Bourjolly, J. M. (2019). *Haiti: Un Pays à Développer*. Éditions JFD.

Brasil. (2010). Agência Nacional de Vigilância Sanitária. *Cooperação Sul-Sul em saúde no Haiti*. Brasília, DF, Organização Pan-Americana da Saúde, 2010. [Em linha]. Disponível em <<https://www.saude.gov.br/images/pdf/2018/outubro/29/1-coop-haiti-2-anos-2012.pdf>>. [Consultado em 20/10/2019].

Brasil. (2010). *Lei n.º 12.339. Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 1.978.448.870,00, para os fins que especifica*. Brasília, DF, Presidência da República. [Em linha]. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12339.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12339.htm)>. [Consultado em 08/01/2020].

Brasil. (2017). Ministério da Saúde. *Hospital Construído pelo Brasil no Haiti Recebe Nome de Zilda Arns*. [Em linha]. Disponível em

<<https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/28844-hospital-construido-pelo-brasil-no-haiti-recebe-nome-de-zilda-arns>>. [Consultado em 08/10/2019].

Brasil. (2018). *Ministério da Saúde Lança Documentário sobre Cooperação Internacional no Haiti*. [Em linha]. Disponível em <<https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/44787-ministerio-da-saude-lanca-documentario-sobre-ajuda-humanitaria-no-haiti>>. [Consultado em 16/9/2019].

Brasil. (2019). *Relatório de Gestão do Exercício de 2018*. Brasília, DF. [Em linha]. Disponível em <[http://www.itamaraty.gov.br/images/Ciset/Gestao\\_2018.pdf](http://www.itamaraty.gov.br/images/Ciset/Gestao_2018.pdf)>. [Consultado em 22/10/2019].

Brasil. (2019). Senado Federal. *Mensagem (SF) n.º 81, de 2019* (n.º 456/2019, na origem). [Em linha]. Brasília, DF. Disponível em <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/139544>>. [Consultado em 16/01/2020]. [Consultado em 20/12/2019].

Cardona A., O. D. C. (1996). *El Manejo de Riesgos y los Preparativos para Desastres: Compromiso Institucional para Mejorar la Calidad de Vida*. [Em linha]. Disponível em <<https://www.desenredando.org/public/libros/1996/dma/html/7cap9.htm>>. [Consultado em 10/10/2019].

Carvalho. O. e Viana, O. (1998). Ecodesenvolvimento e Equilíbrio Ecológico: Algumas Considerações sobre o Estado do Ceará. *Revista Econômica do Nordeste*, 29(2).

Cayemittes M. *et al.* (2013) *Enquête Mortalité, Morbidité et Utilisation des Services EMMUS-V HAÏTI 2012*. Calverton, Maryland, USA, MSPP, IHE et ICF International. [Em linha]. Disponível em <<https://mspp.gouv.ht/site/downloads/EMMUS%20V%20document%20final.pdf>>. [Consultado em 16/11/2019].

Cebrián, B. D. (2018). A Orgia que Questiona os Fundamentos das ONGs. *El País*. Disponível em <[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/12/internacional/1518454290\\_091888.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/12/internacional/1518454290_091888.html)>. [Consultado em 16/01/2020].

Chatuverdi, S. (2016). The Development Compact: A Theoretical Construct for South-South Cooperation. *RIS Discussion Papers*. Disponível em <<https://www.ris.org.in/development-compact-theoretical-construct-south-south-cooperation>>. [Consultado em 16/11/2019].

Chen, Y. & Koenig, H. (2006). Traumatic Stress and Religion: Is there a Relationship? A Review of Empirical Findings. *Journal of Religion and Health*. 45, pp. 371-381.

Clinton, B. (2016). *Clinton on Haitian Agricultural Policy: It Was a Mistake*. [vídeo]. Disponível em <<https://vimeo.com/154595060>>. [Consultado em 11/10/2019].

Coral, E. (2002) *Modelo de Planejamento Estratégico para a Sustentabilidade Empresarial*. Tese de Doutorado em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Corrêa, M. L. (2010). *Prática Comentada da Cooperação Internacional: entre a Hegemonia e a Busca de Autonomia*. Brasília, DF: Edição do Autor.

Corten, A. (2000). *Diabolisation et Mal Politique: Haiti: Misère, Religion et Politique*. Montréal, Paris, Les Éditions du CIDIHCA-Khartala.

Countryeconomy.com. (s.d.). *Haiti – Índice dos Estados Frágeis*. [Em linha]. Disponível em <<https://pt.countryeconomy.com/governo/indice-estados-frageis/haiti>>. [Consultado em 10/10/2019].

CRED & UNISDR. (s.d.). *Poverty & Death: Disaster Mortality 1996-2015*. [Em linha]. Disponível em <[https://www.unisdr.org/files/50589\\_creddisastermortalityallfinalpdf.pdf](https://www.unisdr.org/files/50589_creddisastermortalityallfinalpdf.pdf)>. [Consultado em 16/11/2019].

EIRD. (2004). *Glosario de la Estrategia*. [Em linha]. Disponível em <<https://www.eird.org/esp/terminologia-esp.htm>>. [Consultado em 20/11/2019].

Ellerman, D. *Autonomy-respecting assistance: Towards New Strategies for Capacity-Building and Development Assistance*. [Em linha]. Disponível em

<[https://www.academia.edu/2223575/1.2\\_autonomy-respecting\\_assistance\\_towards\\_new\\_strategies\\_for\\_capacity-building\\_and\\_development\\_assistance](https://www.academia.edu/2223575/1.2_autonomy-respecting_assistance_towards_new_strategies_for_capacity-building_and_development_assistance)>. [Consultado em 20/10/2019].

Esteves, P. (2017) Agora Somos Todos Países em Desenvolvimento? A Cooperação Sul-Sul e os ODS. *International Centre for Trade and Sustainable Development*. [Em linha]. Disponível em <<http://www.ictsd.org/bridges-news/pontes/news/agora-somos-todos-pa%C3%ADses-em-desenvolvimento-a-coopera%C3%A7%C3%A3o-sul-sul-e-os-ods>>. [Consultado em 10/01/2020].

Exame. (2017). *Trump Encerra Status de Proteção de 58 Mil Imigrantes Haitianos*. [Em linha]. Disponível em <<https://exame.abril.com.br/mundo/trump-encerra-status-de-protecao-de-58-mil-imigrantes-haitianos/>>. [Consultado em 01/12/2019].

Exame. (2018). *Primeiro-ministro do Haiti Renuncia Durante Crise da Alta de Combustíveis*. [Em linha]. Disponível em <<https://exame.abril.com.br/mundo/primeiro-ministro-do-haiti-renuncia-durante-crise-da-alta-de-combustiveis/>>. [Consultado em 01/12/2019].

Feinberg, P. (1993). *Foreign Aid: The Oxford Companion to Politics of the World*. Oxford University Press: Oxford.

Flach, F. (1991). *Resiliência: A Arte de Ser Flexível*. São Paulo: Saraiva.

G1 Mundo Haiti. (2010). *Terremoto do Haiti matou 200 mil e feriu 300 mil, confirma primeiro-ministro*. [Em linha]. Disponível em <<http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL1475727-5602,00-TERREMOTO+DO+HAITI+MATOU+MIL+E+FERIU+MIL+CONFIRMA+PRIMEIRO+MINISTRO.html>>. [Consultado em 15/11/2019].

Gil, A. C. (2007). *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. São Paulo, Atlas.

Haiti. (2016). *Ministère de la Santé Publique et de la Population Organisation des soins de sante communautaire*. Porto Príncipe-Haiti.

Herrman, H. *et al.* (2011). What is Resilience? *Can J Psychiatry*, 56(5).

Hurbon, L. (2004). *Religions et Lien Social: L'Église et l'État moderne en Haïti*. Paris: Les Éditions du CERF.

Kraemer, M. E. P. (2006). *Contabilidade Rumo à Pós-Modernidade: Um Futuro Sustentável, Responsável e Transparente*. São Paulo, Academia Brasileira de Direito.

Krieger, J. (Ed.). (1993). [Em linha]. *The Oxford Companion to Politics of the World*. New York, Oxford University Press. Disponível em <<https://archive.org/details/oxfordcompaniont00krie>>. [Consultado em 16/09/2019].

Kron W, Steuer M., Löw P., Wirtz A. (2012). How to Deal Properly with a natural catastrophe database – analysis of flood losses. *Nat. Hazards Earth Syst. Sci.*, 12, pp. 535-550. [Em linha]. Disponível em <<https://www.nat-hazards-earth-syst-sci.net/12/535/2012/nhess-12-535-2012.pdf>>. [Consultado em 10/12/2019].

Krüger, E. (2001). Uma Abordagem Sistêmica da Atual Crise Ambiental. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 4, pp. 37-43. [Em linha]. Disponível em <<http://www.ppgte.cefetpr.br/selecao/2005/leituras/krueger2001.pdf>>. [Consultado em 12/09/2019].

Leite, Iara Costa. (2012). Cooperação Sul-Sul: Conceito, História e Marcos Interpretativos. *Observador On-line*, 7(3). [Em linha]. Disponível em <<https://www.passeidireto.com/arquivo/1603691/texto-6-css-iara>>. [Consultado em 12/09/2019].

Lengyel, M. Malacalza, B. (2010). *¿De qué Hablamos Cuando Hablamos de Cooperación Sur-Sur? Conceptos, Actores y Agenda de Investigación – un Estudio de Casos*. Buenos Aires: Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales.

Lima, M. R. S. *et al.* (Eds.). (2016). *Cooperación Sur-Sur, Política Exterior y Modelos de Desarrollo en América Latina*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, CLACSO. [Em linha]. Disponível em

<<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20160908024538/CooperacionSurSur.pdf>>.

[Consultado em 16/11/2019].

Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030. (2015). [Em linha]. Disponível em

<[https://www.unisdr.org/files/43291\\_63575sendaiframeworkportunofficialf.pdf](https://www.unisdr.org/files/43291_63575sendaiframeworkportunofficialf.pdf)>.

[Consultado em 16/11/2019].

Marini, R. (2000). *Dialética da Dependência*. Petrópolis, Vozes.

Michaud, P. A. (1999). La Resilience: Un Regard Neuf Sur les Soins et la Prevencion. *Arch. Pediatr*, 6, pp. 827-831.

Minayo, M. C. S. (Org.). (2001). *Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade*. Petrópolis, Vozes. [Em linha]. Disponível em

<[http://www.faed.udesc.br/arquivos/id\\_submenu/1428/minayo\\_\\_2001.pdf](http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1428/minayo__2001.pdf)>.

[Consultado em 01/11/2019].

Misoczky, M. C., Bordin, R. e Barcelos, R. (2015). *Fortalecimento da Rede de Serviços de Saúde: Um Relato da Cooperação Brasil/Cuba/Haiti*. Porto Alegre: Publicato Editora. [Em linha]. Disponível em

<[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/fortalecimento\\_rede\\_servicos\\_saude\\_brasil\\_cuba\\_haiti.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/fortalecimento_rede_servicos_saude_brasil_cuba_haiti.pdf)>. [Consultado em 16/11/2019].

Nações Unidas Brasil. (s.d.). *Conheça os novos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU*. [Em linha]. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/conheca-os-novos-17-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-da-onu/>>. [Consultado em 08/08/2019].

Nações Unidas, Brasil. (s.d.). *Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. [Em linha]. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. [Consultado em 08/08/2019].

Nações Unidas. Convenção Quadro Sobre Mudança do Clima. (2015). *Adoção do Acordo Paris*. [Em linha]. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2016/04/Acordo-de-Paris.pdf>>. [Consultado em 16/09/2019].

Narváez, L., Lavell, A. e Ortega G. P. (2009). *La Gestión del Riesgo de Desastres: Un Enfoque Basado en Procesos*. San Isidro: Secretaría General de la Comunidad Andina. [Em linha]. Disponível em <[http://www.comunidadandina.org/predecan/doc/libros/PROCESOS\\_ok.pdf](http://www.comunidadandina.org/predecan/doc/libros/PROCESOS_ok.pdf)>. [Consultado em 26/11/2019].

Nogueira, F. R. (2002). Gerenciamento de Riscos Ambientais Associados a Escorregamentos: Contribuição às Políticas Públicas Municipais para Áreas de Ocupação Subnormal. Tese de Doutorado em Geociências e Meio Ambiente. Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Campus de Rio Claro. [Em linha]. Disponível em <[https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/102945/nogueira\\_fr\\_dr\\_rcla.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/102945/nogueira_fr_dr_rcla.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. [Consultado em 10/12/2019].

Obert, J. (2020). Hunger in Haiti: Ten years After Catastrophe Struck, a New Crisis Looms. *The New humanitarian*. [Em linha]. Disponível em <[https://www.thenewhumanitarian.org/news-feature/2020/1/13/Haiti-insecurity-famine-malnutrition-health-aid-displacement-protests?utm\\_source=The+New+Humanitarian&utm\\_campaign=e518e650de-EMAIL\\_CAMPAIGN\\_1\\_13\\_2020&utm\\_medium=email&utm\\_term=0\\_d842d98289-e518e650de-75525517](https://www.thenewhumanitarian.org/news-feature/2020/1/13/Haiti-insecurity-famine-malnutrition-health-aid-displacement-protests?utm_source=The+New+Humanitarian&utm_campaign=e518e650de-EMAIL_CAMPAIGN_1_13_2020&utm_medium=email&utm_term=0_d842d98289-e518e650de-75525517)>. [Consultado em 13/02/2020].

OECD. (2012). *Fragile states 2013: Resource Flows and Trends in a Shifting World*. [Em linha]. Disponível em <<https://www.oecd.org/dac/conflict-fragility-resilience/docs/FragileStates2013.pdf>>.

Opera Mundi. (2013). *Mujica Anuncia Retirada de Soldados Uruguaios no Haiti*. [Em linha]. Disponível em <<https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/32444/mujica-anuncia-retirada-de-soldados-uruguaios-no-haiti>>. [Consultado em 13/02/2020].



Organização Pan-Americana da Saúde e Ministério da Saúde. (2014). *Desastres Naturais e Saúde no Brasil*. Brasília, DF: OPAS, Ministério da Saúde. [Em linha]. Disponível em <[http://iris.paho.org/xmlui/bitstream/handle/123456789/7678/9788581100210\\_por.pdf?sequence=1](http://iris.paho.org/xmlui/bitstream/handle/123456789/7678/9788581100210_por.pdf?sequence=1)>. [Consultado em 10/01/2020].

Pena, R. F. A. (s.d.). Regionalização socioeconômica do espaço mundial. *Brasil Escola*. [Em linha]. Disponível em <<https://brasilecola.uol.com.br/geografia/regionalizacao-socioeconomica-espaco-mundial.htm>>. [Consultado em 12/11/2019].

Pew Research Center. (2012). *The Global Religious Landscape*. [Em linha]. Disponível em <<https://www.pewforum.org/2012/12/18/global-religious-landscape-exec/>>. [Consultado em 13/02/2020].

Philippi, L. S. (2001). A Construção do Desenvolvimento Sustentável. In: Leite, A. L. T. A.; Mininni-Medina, N. *Educação Ambiental (Curso básico a distância). Questões Ambientais – Conceitos, História, Problemas e Alternativa*. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente.

Piseta, I. (2019). *Cooperação Sul-Sul para o Desenvolvimento: Independência ou Complementariedade?* Disponível em <<https://www.politize.com.br/cooperacao-sul-sul-para-o-desenvolvimento-independencia-ou-complementariedade>>. [Consultado em 12/11/2019].

Portal Educacional. (s.d.). *Haiti: Um País sem Governo*. [Em linha]. Disponível em <[http://www.educacional.com.br/noticiacomentada/040302\\_not01\\_imprimir.asp?strTitulo=Haiti:%20um%20pa%EDs%20sem%20governo](http://www.educacional.com.br/noticiacomentada/040302_not01_imprimir.asp?strTitulo=Haiti:%20um%20pa%EDs%20sem%20governo)>. [Consultado em 16/01/2020].

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. (2017). *BRA/17/018 – Strengthening the Management of Services and the Health System in Haiti*. Porto Príncipe. [Em linha]. Disponível em <[https://info.undp.org/docs/pdc/Documents/BRA/BRA17018\\_revisao\\_inicialassinada.pdf](https://info.undp.org/docs/pdc/Documents/BRA/BRA17018_revisao_inicialassinada.pdf)>. [Consultado em 08/01/2019].

Relatório Mundial 2016. (2016). Haiti, Eventos de 2015. [Em linha]. Disponível em <<https://www.hrw.org/pt/world-report/2016/country-chapters/285575>>. [Consultado em 13/10/2019].

Richardson, G. R. (2002). The Metatheory of Resilience and Resiliency. *Journal of Clinical Psychology*, 58(3).

Rodrigues, T. (2010). *A Estratégia Internacional de Redução de Desastres*. Disponível em <<https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/36112/1/A%20estrategia%20internacional%20de%20reducao%20de%20desastres.pdf?ln=pt-pt>>. [Consultado em 13/11/2019].

Sandler, I. (2001). Quality and Ecology of Adversity as Common Mechanism of Risk and Resilience. *Am J Community Psychol*, 29(1), pp. 19-61.

Santiago, A. (Org.). (2013). *Haiti por Si. A Reconquista da Independência Roubada*. Fortaleza, Adital, Expressão Gráfica e Editora. [Em linha]. Disponível em <[https://issuu.com/adital/docs/haiti\\_por\\_si\\_adital\\_adriana-santiag](https://issuu.com/adital/docs/haiti_por_si_adital_adriana-santiag)>. [Consultado em 10/12/2019].

Santos, S. F. O. M.; Hatakeyama, K. (2012). Processo Sustentável de Produção de Carvão Vegetal Quanto dos Aspectos: Ambiental, Econômico, Social e Cultural. *Produção*, 22(2), pp. 309-321. [Em linha]. Disponível em <[http://www.scielo.br/pdf/prod/v22n2/aop\\_200803023.pdf](http://www.scielo.br/pdf/prod/v22n2/aop_200803023.pdf)>. [Consultado em 16/11/2019]

Seitenfus, R. (2014). *Haiti: Dilemas e Fracassos Internacionais*. Ijuí, Unijuí.

Soares, G. F. S. (1994). A Cooperação Técnica Internacional. In: Marcovitch, J. *Cooperação Internacional: Estratégia e Gestão*. São Paulo: EdUSP.

Souza, A. M. (Org.). (2014). *Repensando a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento*. Brasília, DF, Ipea. [Em linha]. Disponível em <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/repensando\\_a\\_cooperacao\\_web.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/repensando_a_cooperacao_web.pdf)>. [Consultado em 10/12/2019].

Souza, M. T. S. e Cervený, C. M. O. (2006). Resiliência: Introdução à compreensão do conceito e suas implicações no campo da psicologia. *Revista Ciências Humanas*, 12(2).

Stein, M. (2007). Resilience and Young People Leaving Care. *Child Care in Practice*, 14(1), pp. 35-44. [Em linha]. Disponível em <<https://doi.org/10.1080/13575270701733682>>. [Consultado em 16/11/2019].

The World Bank. (2010). *Brasil é o Primeiro País a Contribuir para o Fundo de Reconstrução do Haiti*. [Em linha]. Disponível em <<https://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2010/05/11/brazil-first-country-contribute-haiti-reconstruction-fund>>. [Consultado em 10/10/2019].

The World Bank. *The World Bank In Haiti*. [Em linha]. Disponível em <<https://www.worldbank.org/en/country/haiti/overview>>. [Consultado em 10/10/2019].

Tomazini, R. C. (2017). Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e Cooperação Sul-Sul: Uma Análise Comparativa de Seus Princípios e Desafios de Gestão. *Carta Internacional*, 12(1), 28-48. [Em linha]. Disponível em <<https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/632>>. [Consultado em 13/11/2019].

Tominaga, L. K., Santoro, J. & Amaral, R. (Orgs.). (2009). *Desastres Naturais: Conhecer para Prevenir*. São Paulo, Instituto Geológico. [Em linha]. Disponível em <<https://smastr16.blob.core.windows.net/publicacoes/2016/12/DesastresNaturais.pdf>>. [Consultado em 13/11/2019].

Transparency International. (2019). *Corruption Perceptions Index 2019*. [Em linha]. Disponível em <<https://www.transparency.org/cpi2019>>. [Consultado em 10/12/2019].

Tremblay, C., Hébert, M. & Piché, C. (1999). Coping Strategies and Social Support as Mediators of Consequences in Child Sexual Abuse Victims. *Child Abuse and Neglect*, 23(9), pp. 929-945.

Unesco Institute for Statistics e Sustainable Development Goals. *Haiti*. (s.d.). [Em linha]. Disponível em <<http://uis.unesco.org/en/country/ht>>. [Consultado em 10/10/2019].

UNISDR (2009). *ISDR. 2009 UNISDR: Terminology on Disaster Risk Reduction*. Geneva: United Nations. [Em linha]. Disponível em <[https://www.unisdr.org/files/7817\\_UNISDRTerminologyEnglish.pdf](https://www.unisdr.org/files/7817_UNISDRTerminologyEnglish.pdf)>. [Consultado em 15/12/2019].

United Nations Department of Economic and Social Affairs (2020). *World Social Report 2020: Inequality in a Rapidly Changing World*. New York: United Nations. [Em linha]. Disponível em <<https://www.un.org/development/desa/dspd/wp-content/uploads/sites/22/2020/02/World-Social-Report2020-FullReport.pdf>>. [Consultado em 02/02/2020].

United Nations Development Programme. (2018). *Human Development Indices and Indicators 2018. Statistical Update*. New York, UNDP. [Em linha]. Disponível em <[http://hdr.undp.org/sites/default/files/2018\\_human\\_development\\_statistical\\_update.pdf](http://hdr.undp.org/sites/default/files/2018_human_development_statistical_update.pdf)>. [Consultado em 10/12/2019].

United Nations & South-South Cooperation for Development. (2016). *Framework of Operational Guidelines on United Nations Support to South-South and Triangular Cooperation*. [Em linha]. New York. Disponível em <[http://digitallibrary.un.org/record/826679/files/SSC\\_19\\_3-EN.pdf](http://digitallibrary.un.org/record/826679/files/SSC_19_3-EN.pdf)>. [Consultado em 24/10/2019].

United Nations. (2015). *Third International Conference on Financing for Development. Addis Ababa Action Agenda*. Addis Ababa, Ethiopia. [Em linha]. Disponível em <[https://www.un.org/esa/ffd/wp-content/uploads/2015/08/AAAA\\_Outcome.pdf](https://www.un.org/esa/ffd/wp-content/uploads/2015/08/AAAA_Outcome.pdf)>. [Consultado em 08/09/2019].

Vasconcelos, S. M. F. (2005). *Resiliência*. [Em linha]. Disponível em <[http://www.sbpcnet.org.br/livro/57ra/programas/CONF\\_SIMP/textos/sandravasconcelos-resiliencia.htm](http://www.sbpcnet.org.br/livro/57ra/programas/CONF_SIMP/textos/sandravasconcelos-resiliencia.htm)>. [Consultado em 13/10/2019].

Vokral, E. (s.d.). *L'aide dans les contextes fragiles*. [Em linha]. Disponível em <[https://fgc.federeso.ch/system/files/attachments/article\\_e.\\_vokral\\_-](https://fgc.federeso.ch/system/files/attachments/article_e._vokral_-)

\_laide\_dans\_des\_contextes\_fragiles\_haiti\_-\_traduction\_francaise\_21-8-2016.pdf>.

[Consultado em 10/10/2019].

Wolf, A. (Ed.). (2006). *Britannica Concise Encyclopedia*. [Em linha]. Disponível em <[https://books.google.com.br/books?id=ea-bAAAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=ea-bAAAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false)>. [Consultado em 13/09/2019].

World Health Organization. (2010). *Culture and Mental Health in Haiti: A Literature Review*. Geneva, WHO. [Em linha]. Disponível em <[http://www.who.int/mental\\_health/emergencies/culture\\_mental\\_health\\_haiti\\_eng.pdf](http://www.who.int/mental_health/emergencies/culture_mental_health_haiti_eng.pdf)> . [Consultado em 10/12/2019].

## ANEXO A – Cronologia da história haitiana

Período	Evento
1492	Cristóvão Colombo desembarca em Saint Nicolas, na ilha que denominou “Espanhola”.
1492-1503	A população indígena (Arawake, Tainos e Caribes) é escravizada e dizimada pelo trabalho nas minas; os primeiros africanos escravizados são levados para o Haiti.
1629	Piratas franceses e bucaneiros tomam Tortuga e os bucaneiros fazem dali a sua base.
1697	O Tratado de Ryswick confirma a soberania da França sobre a parte ocidental da ilha de Espanhola, com o nome de Saint Domingue, e foi a mais importante possessão francesa nas Américas, onde ocorreu o cultivo intensivo de cana-de-açúcar com a utilização de mão de obra escrava africana.
1749	Fundação de Porto Príncipe, hoje capital do Haiti.
1770-1790	Saint Domingue, conhecido na época como “La Petite France” (a pequena França), é responsável por dois terços do comércio exterior da França. A população é formada por 40 mil colonos brancos, 28 mil mulatos e 450 mil negros escravizados.
1791	Os africanos escravizados, influenciados pela Revolução Francesa e inspirados pelos ideais de liberdade e igualdade, rebelaram-se, liderados pelo ex-escravo Toussaint L’Ouverture; tem início a Revolução Haitiana.
1793	A escravidão é abolida em Saint Domingue.
1801	Toussaint L’Ouverture, ex-escravo, é nomeado governador vitalício e estabelece a autonomia da ilha sob a suserania da França.
1802	Napoleão Bonaparte manda uma expedição punitiva para restabelecer o poder colonial e reintroduzir a escravidão, quando se passa a Revolução Haitiana, pela libertação dos escravos negros e a independência do Haiti, sob a liderança de Toussaint Louverture. Toussaint é capturado e exilado em junho de 1802; morre em uma prisão na França, no dia 7 de abril de 1803.
1804	Em 1.º de janeiro, Jean-Jacques Dessalines, antigo escravo, dá continuidade ao movimento de resistência; o país obtém sua independência e adota, novamente, seu nome indígena original: Haiti (terra montanhosa), que foi a primeira República Negra das Américas e o primeiro país latino-americano a declarar-se independente.
1806	A elite, composta por mulatos, fica insatisfeita com a nova política instalada no país e toma o poder depois do assassinato de Dessalines, em 17 de outubro. O Haiti tem sua administração fragmentada. Assim, o Norte fica sob o domínio de Henri Christophe e o Sul passa a ser governado por Alexandre Pétion.
1808	Com a ajuda da Inglaterra, a Espanha recupera a parte leste da ilha, com o nome de Santo Domingo.
1807-1820	Henry Cristophe governa a parte norte do país e se proclama rei.
1820	O Haiti é reunificado pelo sucessor de Pétion, Jean Pierre Boyer.
1822-1824	O Haiti ocupa Santo Domingo.

Continua

**ANEXO A – Cronologia da história haitiana**

Continuação

Período	Evento
1844	Santo Domingo rompe com o Haiti e se torna República Dominicana. Os haitianos são expulsos de Santo Domingo.
1844-1908	Há grande instabilidade política no país, com sucessivas revoltas de camponeses contra latifundiários e a burguesia comercial.
1862	Termina a Guerra de Secessão (1861-1865); os Estados Unidos reconhecem a independência do Haiti, 58 anos depois.
1908-1915	Ocorrem numerosas rebeliões contra o poder de Porto Príncipe, dirigidas, principalmente, por latifundiários do norte do país. Aumenta a instabilidade política, por trás da qual há uma violenta crise econômica.
1915-1934	Ocupação do Haiti por fuzileiros navais norte-americanos. Os Estados Unidos afirmam que a ocupação é necessária “para serem restabelecidos a ordem e os interesses norte-americanos”, mas a real motivação era substituir a constituição do Haiti, que proibia aos estrangeiros serem proprietários de terras.
1957	François “Papa Doc” Duvalier é “eleito” presidente, com o apoio dos Estados Unidos, instalando um regime ditatorial baseado na repressão militar que perseguiu muitos opositores – inclusive a Igreja Católica – e sua guarda pessoal, os tontons macoutes (bichos-papões), era a responsável pelos massacres.
1964	Papa Doc se proclama presidente vitalício.
1971	Duvalier, o Papa Doc, é assassinado, no entanto, seu filho Jean-Claude Duvalier, o Baby Doc, assume a presidência do Haiti, dando continuidade às perseguições políticas.
1986	Jean-Claude “Baby Doc” Duvalier é obrigado a deixar o poder, depois de semanas de levantes populares. Uma junta militar é formada para substituir o ditador, que foge para a França, pondo fim a uma ditadura que durou 29 anos e marcando uma nova etapa da história do país: “A segunda independência do Haiti”, como foi batizada.
1987	Março: o Parlamento do Haiti aprova a nova Constituição e estabelece um parlamento bicameral – que consiste na câmara alta, o Senado, e a câmara baixa, a Câmara dos Deputados; um presidente eleito que atua como chefe de Estado e um primeiro-ministro, o gabinete de ministros e do Supremo Tribunal, nomeados pelo presidente, com o consentimento do Parlamento. A Constituição haitiana previu também a eleição de prefeitos e órgãos administrativos competentes para o governo local.  Novembro: o massacre de dezenas de eleitores que estavam na fila para votar faz com que as eleições sejam canceladas.
1988	Fevereiro: Leslie Manigat é escolhido presidente pelo exército, depois de eleições manipuladas.  Em junho: Manigat é derrubado pelo exército liderado pelo general Henry Namphy e, em setembro, Namphy é derrubado por soldados rebelados e substituído pelo general Prosper Avril, ex-assessor da família Duvalier.
1989	Duas organizações de direitos humanos, a America’s Watch e a Coalizão Nacional pelos Refugiados Haitianos, ambas com sede em Nova York, lançam um informe detalhado das violações dos direitos humanos praticados pelo general Avril. Acusam-no de querer instaurar uma “ditadura irreversível” no Haiti.

Continua

**ANEXO A – Cronologia da história haitiana**

Continuação

Período	Evento
1990	<p>Prosper Avril é obrigado a deixar o poder, depois de protestos da multidão. O brigadeiro-general Hérard Abrahams, chefe em exercício do Estado-Maior, é indicado sucessor, para entregar o poder depois de um governo interino. Em março, Ertha Pascal-Trouillot, juíza da Corte Suprema, assume o poder, com um Conselho de Estado de 19 membros.</p> <p>16 de dezembro: é realizada a primeira eleição presidencial livre, sob a supervisão de instituições internacionais como a OEA, ONU e CARICOM. O candidato Jean-Bertrand Aristide é eleito com 67% dos votos.</p>
1991	<p>Forças comandadas por Roger Lafontant, ex-ministro do Interior de Duvalier, derrubam Ertha Trouillot. Tropas do Exército a reempõem no cargo. O padre Jean-Bertrand Aristide toma posse como presidente do Haiti, mas, em setembro, o presidente Aristide é derrubado por um golpe militar, comandado pelo general Raoul Cedras, e a ditadura é novamente imposta no país. Os militares nomeiam Jean Narette como presidente provisório.</p>
1993	<p>Aristide e o líder do golpe militar assinam acordo promovido pelos Estados Unidos, com a mediação de Dante Caputo, em nome da ONU, prevendo o retorno do presidente e a renúncia de Cedras. Em outubro, começa o embargo de armas, petróleo e suprimentos militares, autorizado pela ONU. Quando termina o prazo previsto para a renúncia de Cedras, que não sai, Aristide, exilado nos Estados Unidos, não pode voltar.</p>
1994	<p>A ONU aprova sanções comerciais mais rígidas para forçar a volta de Aristide; Clinton anuncia que os Estados Unidos deixarão de repatriar refugiados, sem ouvir seus pedidos de asilo.</p> <p>Militares nomeiam o juiz do Supremo Tribunal, Emile Jonassaint, como presidente provisório, e entra em vigor o embargo mais rígido apoiado pela ONU, os Estados Unidos proíbem a entrada de refugiados no país e a ONU aprova a Resolução 940, que autoriza os membros dos Estados a usar todos os meios necessários para facilitar a saída da liderança militar do Haiti e restaurar a ordem constitucional e a presidência de Aristide. Cedras aceita debater sua saída do poder com uma delegação dos Estados Unidos, chefiada pelo ex-presidente norte-americano, Jimmy Carter, e a junta militar concorda em deixar o poder até 15 de outubro. Em setembro, tropas norte-americanas ocupam o Haiti e o presidente Aristide retorna ao país.</p>
1996	<p>René Préval assume a presidência com 88% dos votos. Como presidente, Préval institui numerosas reformas, dentre as quais a privatização de várias estatais. Alguns analistas sugerem que isso foi ocasionado pelas pressões de órgãos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), graças à grave situação econômica haitiana, que passa a precisar do auxílio desses organismos. O índice de desemprego baixa em seu governo de maneira sensível, embora permanecesse alto.</p>
2001	<p>Nas eleições de 2000, cuja validade foi contestada pela comunidade internacional, Aristide volta à presidência para um mandato até 2006.</p>

Continua



**ANEXO A – Cronologia da história haitiana**

Continuação

Período	Evento
2002	Ocorrem as primeiras greves gerais e enfrentamentos entre opositores e partidários do presidente.
2003	Em setembro, a situação se agrava com o assassinato de Amiot Metayer, chefe do grupo Exército Canibal, o que desencadeia violentos protestos. A oposição política, temendo que Aristide pudesse fraudar as eleições marcadas para 2004 e continuasse no poder por um terceiro mandato, resolve, então, boicotar o Congresso e se recusa a cooperar com qualquer iniciativa do governo, protestando contra a piora da situação econômica do país e a falta de diálogo político. Também se recusa a participar das eleições caso Aristide não renunciasse. Os protestos vão ficando mais violentos, até que, na cidade de Gonaïves, tem início uma rebelião patrocinada por ex-soldados do exército e de parte da população contra o governo de Aristide.
2004	<p>A rebelião eclode, espalhando-se rapidamente pelo norte do país, causando mais de 80 mortes, e Aristide aceita um plano apresentado pela comunidade internacional, que previa uma ampla limitação de seus poderes até o fim de seu mandato, em fevereiro de 2006, e a realização de eleições. O plano também previa a criação de um grupo de três pessoas, indicadas por Aristide, a oposição e a comunidade internacional; essas pessoas ficariam encarregadas de designar um conselho representativo da diversidade da sociedade haitiana. Esse organismo participaria da nomeação de um novo primeiro-ministro – neutro e independente – e de um novo governo. A oposição rejeitou o plano e continuou pedindo a saída imediata de Aristide.</p> <p>Fevereiro: depois de uma reunião da qual participaram membros do governo haitiano e diplomatas estrangeiros, Aristide renuncia. No dia 29 de fevereiro, Aristide abandona o país com destino à República Dominicana. Com sua renúncia, o cargo é assumido, temporariamente, pelo presidente do Supremo Tribunal, Boniface Alexandre, como estabelecia a Constituição haitiana.</p> <p>30 de abril: o Conselho de Segurança da ONU aprova a Resolução n.º 1.542, que dá origem à Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), cujo comando é assumido pelas Forças Armadas Brasileiras. Em junho, chegam as primeiras forças de manutenção de paz da ONU, assumindo funções de segurança da força liderada pelos Estados Unidos e ajudando os sobreviventes das inundações. O objetivo era tentar pacificar o país, que estava à beira de uma guerra civil.</p> <p>23 de maio: graves inundações no sul do país e na vizinha República Dominicana deixam mais de 2 mil mortos e desaparecidos.</p> <p>Doadores internacionais prometem mais de US\$ 1 bilhão em ajuda.</p> <p>17 a 19 de setembro: o furacão Jeanne causa inundações no país, matando mais de 3 mil pessoas e deixando 300 mil pessoas sem casa.</p> <p>Dezembro: níveis crescentes de violência política, e gangues na capital, quadrilhas armadas leais ao ex-presidente Aristide, são acusadas de muitos assassinatos.</p>
2005	Um dos líderes rebeldes dos grupos armados que se opõem ao governo provisório morre assassinado em um confronto com a polícia.

Continua

**ANEXO A – Cronologia da história haitiana**

Continuação

Período	Evento
2005	7 de julho: o furacão Dennis mata, pelo menos, 45 pessoas.
2006	Eleições gerais – a primeira desde que o ex-presidente Aristide foi derrubado, em 2004. René Preval é declarado vencedor depois de um acordo sobre votos em branco.
2008	Forte escassez de alimentos assola o país. O governo anuncia um plano de emergência para reduzir o preço do arroz, em uma tentativa de conter a instabilidade. O parlamento demite o primeiro-ministro Alexis. Estados Unidos e Banco Mundial anunciam ajuda alimentar extra no valor de US\$ 30 milhões.
2008	Em resposta ao pedido do presidente Preval de mais policiais para ajudar a combater a onda de sequestros, o Brasil concorda em aumentar sua força de manutenção da paz.  3 de setembro: o furacão Hanna atinge o Haiti, deixando cerca de 500 mortos. A passagem sucessiva das tempestades Fay, Gustav, Hanna e Ike deixa um total de 1.100 mortos e desaparecidos, no período de um mês.
2009	O Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) cancelam US\$ 1,2 bilhão da dívida do Haiti – 80% do total – depois de julgar que foram cumpridas as condições de reforma econômica e redução da pobreza.  Outubro-novembro: Jean-Max Bellerive se torna primeiro-ministro depois de o Senado aprovar uma moção de censura contra sua antecessora, Michelle Pierre-Louis.
2010	Mais de 200 mil pessoas são mortas quando um terremoto de magnitude 7,0 atinge a capital Porto Príncipe e sua região mais ampla – a pior do Haiti em 200 anos.  O governo do Haiti e diversos doadores bilaterais e multilaterais criam o Fundo de Reconstrução do Haiti (FRH), com o objetivo de disponibilizar recursos para investimentos de reconstrução, apoio orçamentário e desenvolvimento de capacidades.  O Fundo é presidido pelo Governo do Haiti e regido por um Comitê Gestor que inclui, também, os doadores e entidades parceiras, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento, as Nações Unidas e o Banco Mundial – que funciona como administrador do Fundo e transfere recursos por solicitação do Comitê Gestor para a execução de programas coordenados por ministérios, ONGs, setor privado e agências das Nações Unidas.  Março: doadores internacionais prometem US\$ 5,3 bilhões para a reconstrução pós-terremoto, em uma conferência de doadores na sede da ONU.  11 de maio: o Brasil é o primeiro país a contribuir para o FRH, com uma doação de US\$ 55 milhões, em uma cerimônia no Banco Mundial, em Washington.  Julho: a insatisfação popular cresce em razão do ritmo lento de reconstrução, seis meses depois de ocorrido o terremoto.  Outubro-dezembro: um surto de cólera mata cerca de 3.500 pessoas e desencadeia protestos violentos.  28 de novembro: é realizado o primeiro turno das eleições presidenciais e parlamentares.

Continua

**ANEXO A – Cronologia da história haitiana**

Continuação

Período	Evento
2010	Dezembro: O anúncio de resultados provisórios inconclusivos das eleições presidenciais desencadeia protestos violentos.
2011	O ex-presidente Jean-Claude Duvalier retorna do exílio, enfrenta acusações de corrupção e abuso de direitos humanos. O número de mortos pelo surto de cólera sobe para quase 6 mil.
2012	Janeiro: o Presidente Martelly propõe reviver o exército do Haiti, que foi dissolvido em 1995 por causa de seu papel nos golpes e na história de violações dos direitos humanos.  O primeiro-ministro Garry Conille renuncia em protesto contra a recusa de muitos de seus ministros e da administração presidencial em cooperar para uma investigação parlamentar sobre dupla cidadania entre altos funcionários. O Parlamento aprova o ministro das Relações Exteriores Laurent Lamothe como primeiro-ministro.  Outubro: centenas de pessoas protestam contra o alto custo de vida e pedem a renúncia do Presidente Martelly; elas acusam o presidente de corrupção e de não cumprir suas promessas de aliviar a pobreza.
2012	Novembro: o furacão Sandy causa extensos danos às colheitas e deixa, pelo menos, 20 mil pessoas desabrigadas, exacerbando a epidemia de cólera.
2013	Milhares de pessoas comparecem à primeira aparição pública do ex-presidente Aristide desde seu retorno do exílio, dois anos antes. Ele dá provas em um processo judicial por suspeita de corrupção, lavagem de dinheiro e tráfico de drogas, depois de não comparecer perante o juiz.  Novembro-dezembro: protestos nas ruas de Porto Príncipe e outras grandes cidades, com a população manifestando descontentamento sobre várias questões, incluindo eleições atrasadas, desemprego e corrupção.
2014	Nova onda de protestos contra o governo começa em Porto Príncipe.  Dezembro: o primeiro-ministro Laurent Lamothe renuncia por não conseguir acordo com a oposição por causa do atraso nas eleições, em meio a crescentes protestos nas ruas.
2015	15 de janeiro: o presidente Martelly nomeia o ex-prefeito de Porto Príncipe Evans Paul como chefe de um governo de unidade nacional, à medida que os protestos continuam e o parlamento é dissolvido.  9 de agosto: primeiro turno das eleições parlamentares atrasadas.  Outubro: é realizado o primeiro turno das eleições presidenciais, com cédulas nitidamente marcadas com um fundo vermelho na foto do candidato de Martelly, Jovenel Moïse.  Novembro e dezembro: ocorrem mobilizações de protesto dos partidos populares que levam à deposição de Martelly e à anulação do processo.

Continua

**ANEXO A – Cronologia da história haitiana**

Continuação

Período	Evento
2016	<p>Michel Martelly encerra seu mandato presidencial sem entregar o poder a um sucessor depois do adiamento da eleição presidencial de segundo turno, por tempo indeterminado. O Parlamento nomeia Jocelerme Privert presidente interino.</p> <p>4 de outubro: o furacão Matthew, o mais forte a atingir a região em uma década, mata mais de 900 pessoas no Haiti e destrói milhares de casas.</p> <p>20 de novembro: é realizado o primeiro turno das eleições presidenciais, disputada por 27 candidatos, em um país mergulhado em uma profunda crise e devastado pelo furacão Matthew.</p>
2017	O Conselho Eleitoral Provisório declara Jovenel Moïse o vencedor das eleições presidenciais de novembro de 2016, finalizando uma tensão política que teve início em outubro de 2015 por suspeitas de fraude eleitoral.
2017	As Nações Unidas decidem encerrar a missão humanitária MINUSTAH depois de 13 anos, e tem início a saída das tropas brasileiras das ruas do Haiti; e o governo dos Estados Unidos declara o término do Status de Proteção Temporária (TPS) para o Haiti, dando um prazo de 18 meses para que os mais de 50 mil beneficiários da medida retornassem ao país ou buscassem outras alternativas.
2018	The Sunday Times revela ao mundo o escândalo de prostitutas envolvendo a ONG Oxfam, especializada no combate à fome no mundo. Funcionários da ONG são apontados como responsáveis pela contratação de garotas de programas no Haiti, incluindo meninas menores de idade, durante a missão de ajuda ao país, depois de ocorrido o terremoto de 2010. O governo britânico declara que iria rever toda a cooperação em andamento com a Oxfam e solicita uma investigação completa e urgente sobre as denúncias. O diretor para o Haiti da Oxfam renuncia sem que houvesse nenhuma ação disciplinar. O governo haitiano retira, temporariamente, a autorização da Oxfam de operar no país devido ao que chamaram de uma falta grave.
2018	<p>6 de julho: o governo anuncia aumentos entre 37% e 50% no valor dos combustíveis e, no dia seguinte, o governo haitiano cancela o aumento decretado, por causa dos violentos protestos na capital e em outros pontos do país que deixaram, pelo menos, três mortos. A decisão é anunciada pelo primeiro-ministro, Jacques Guy Lafontant, pouco tempo depois de ter pedido paz e solicitar o restabelecimento da ordem.</p> <p>14 de julho: o Primeiro-ministro do Haiti renuncia durante a crise da alta de combustíveis.</p>
2019	<p>Fevereiro: milhares de pessoas protestam em Porto Príncipe e nas principais cidades do país contra a alta da inflação e exigem a renúncia do presidente Jovenel Moïse. Duas pessoas morrem e 14 policiais ficam feridos.</p> <p>Maio: o Tribunal Superior de Contas divulga um relatório de auditoria sobre a caótica gestão e os prováveis desvios de recursos recebidos como empréstimos, desde 2008, pela Venezuela ao Haiti, com o objetivo de financiar o desenvolvimento econômico e social por meio do Petrocaribe, uma aliança petrolífera entre a Venezuela e os países caribenhos.</p>

Continua

## ANEXO A – Cronologia da história haitiana

Conclusão

Período	Evento
2019	<p>Julho: começa uma série de manifestações e greves, a chamada “Pays lock”, ou “país bloqueado”. Os manifestantes exigiam a saída do presidente Jovenel Moïse, acusado de ser responsável pela intensa crise política e econômica que assola o país.</p> <p>Em setembro, tem início a crise energética, ocorrida por diversos fatores, entre eles a crise do Haiti com o Petrocaribe.</p> <p>Outubro: a ONU finaliza sua missão de paz e justiça no Haiti depois de 15 anos, em meio a violentos protestos contra o governo.</p>
2020	<p>O presidente do Haiti, Jovenel Moïse, nomeia um novo primeiro-ministro, Joseph Jouthe, como tentativa de tirar o país de mais uma crise institucional, humanitária e de segurança. No entanto, como não ocorreram as eleições legislativas em 2019, o Parlamento está com as atividades suspensas desde janeiro e, de acordo com a constituição haitiana, a aprovação do novo primeiro-ministro não pode ocorrer, e o país segue em uma crise contínua.</p>

---

Fonte: Elaborado pela autora.